



Anais da Assembléia

N.º 4

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 04 DE MARÇO DE 1980

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 4 DE MARÇO DE 1980 TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Basílio Zanusso e Domício Scaramella.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elfsio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o n.º 214/79, do Vereador Sr. CALEB VIEIRA, através de proposição de sua autoria, protocolada nesta Casa sob n.º 149/79, e endossada por todos os vereadores deste órgão legislativo, solicitando bons ofícios para as seguintes providências:

- considerando que o Governo construiu uma estrada que circunda a cidade de Apucarana, proibindo o trânsito de caminhões pelo seu centro;

- considerando que a construção daquela estrada apresenta-se em quase todo o seu percurso em grandes aclives e declives;

- considerando que, a referida estrada é de um descontentamento geral dos motoristas de caminhões por três fatores que apontamos como principais: 1º por alongar o percurso das viagens; 2º por dar maior desgaste ao veículo e finalmente 3º por dar maior consumo de combustível, no momento tão caro e carente ao País e a todos os brasileiros.

Ciente. Arquite-se.

Sob o n.º 431/79, do Senhor VANDERLEI CARLOS SARTORI, Presidente da Câmara Municipal de Arapongas, encaminhando Relatório, de autoria da Comissão Especial, constituída pelos Vereadores José Munhoz Sanches, Reinaldo Soares de Souza, Orestes Santiago, Rubens Antonio Ortiz e Saverio Simoni Neto, focalizando problemas causados ou que têm como causadora, a Rede Ferroviária Federal ou suas atividades à comunidade daquela cidade, com afetação mais

direta aos Municípios que transitam, residem ou trabalham às margens da rede ferroviária.

Ciente. Arquite-se.

Sob o n.º 140, do Senhor Secretário da Câmara Municipal de Recife, comunicando que aprovou a proposição de autoria do Vereador Rubem Gambôa, consignando em ata, voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Senador Doutor FRANCISCO ACCIOLY FILHO. Ciente. Arquite-se.

Sob o n.º 12/80, do Senhor Aldo Almeida Júnior, Diretor Executivo da Fundação Teatro Guaíra, encaminhando a este Poder o Balanço Geral juntamente com os Quadros Demonstrativos das Ações Programáticas desenvolvidas no exercício de 1.979. Ciente. Arquite-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de um voto de pesar, na ata dos trabalhos da presente sessão, pelo falecimento do Deputado Federal ARNALDO FAIVRO BUSATO, ex-Deputado estadual, ex-Secretário de Estado da Saúde.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1980.

a) Tércio Albuquerque.

JUSTIFICATIVA: O desaparecimento precoce do eminente líder político, homem público e leal companheiro, Deputado Federal ARNALDO FAIVRO BUSATO sem dúvida nenhuma deixa consternados não somente a classe política do Estado, mas toda a população paranaense, que teve em Arnaldo Busato um exemplo de cidadania e de trabalho altruísta em defesa das causas públicas.

Cumpre-nos portanto deixar registrado nos Anais desta Casa um voto de pesar pelo falecimento de ARNALDO BUSATO, homem que abrilhantou as páginas políticas do Estado, duas vezes Deputado Estadual, duas vezes Secretário de Saúde e Bem Estar Social, Deputado Federal com a segunda maior votação do partido.

ARNALDO BUSATO, dedicado às causas do povo paranaense, foi ainda Presidente Regional da Campanha Nacional das Escolas da Comunidade e Inspetor Federal de Ensino.

Solicito igualmente que seja dado ciência do presente à família enlutada, com as nossas condolências.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja inserido na ata dos trabalhos, desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Maria Barbosa Skolimowski, ocorrido em 1º de março do corrente.

Requer, outrossim, que do presente seja dado conhecimento aos familiares da extinta.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1980.

a) Augusto Carneiro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido no dia 1º próximo passado, em Cascavel, do Senhor João Cirico, filho de Vítório

Cirico e da. Lidia Cirico, deixando viúva a Senhora Idalina Cirico e 3 filhos.

O extinto ocupou o cargo de Secretário da Prefeitura Municipal de Cascavel entre os anos de 1956 a 1960. Atualmente residia no Distrito de Cafelândia onde exercia as funções de cartorário.

Da decisão do Plenário, solicita seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1980.

a) Fuad Nacli.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos, um voto de pesar pelo falecimento do jovem Gilson Marques, ocorrido no dia 19 de fevereiro passado, no Município de Palmital.

Requer ainda, que se de ciência à família enlutada, através da Prefeitura Municipal de Palmital.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1980.

a) Jurandir Messias.

JUSTIFICATIVA: Gilson Marques que desapareceu prematuramente em trágico acidente, contava com apenas 13 anos de idade, era filho de nosso amigo e companheiro João Marques, funcionário da Prefeitura Municipal de Palmital, ao qual nos unimos neste momento de tristeza.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar aos familiares do Sr. JOÃO OBERDINE, falecido no dia 01 de março em Maripá, Município de Palotina.

O mesmo foi pioneiro do Distrito de Maripá e exerceu por 10 anos o cargo de Sub-Delegado daquela localidade.

Outrossim requer, que da decisão do Plenário, seja cientificada a família enlutada.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1980.

a) Werner Wanderer.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento da Srt^a. JUCELEY MAYER, ocorrido na data de 02 de março do corrente ano.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1980.

a) Nestor Baptista.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido nesta Capital, em data de 1^o do corrente mês, do menor MARCIO PINHEIRO DE ARAUJO, filho do casal Lucas Rubens de Araujo e Milcar P. de Araujo, residentes na cidade de Ibaiti. O menor era neto do Senhor Prefeito daquele Município de Ibaiti, Sr. Levi Rosa. Tal passamento veio consternar a comunidade de Ibaiti, face ao grande relacionamento que aquela tradicional família mantém junto à comunidade Ibaitiense.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada, através de comunicação ao Sr. Levi Rosa, Prefeito Municipal de Ibaiti.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1980.

a) Gabriel Manoel.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Sr. TAKAO MOMOSE, ocorrido na data de 28 de fevereiro próximo passado. O extinto foi ex-Presidente da Colônia Japonesa de Terra Roxa.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1980.

a) David Cheriegate.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se consigne em ata um voto de pesar pelo falecimento do Ex-Deputado Estadual ANTONIO CONSTÂNCIO DE SOUZA, que exerceu seu mandato no período de 1951 a 1954, ocorrido em Campo Mourão, e que do pronunciamento desta Casa se dê conhecimento à família.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1980.

a) Darcy Deitos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se consigne em ata um voto de pesar pelo falecimento da Sr^a. JUREMA POMPEO MIGUEL, ocorrido em Campo Mourão, e que do pronunciamento desta Casa se dê conhecimento à família.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1980.

a) Darcy Deitos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. WALDEMAR ALVES NOGUEIRA, ocorrido no dia 02 do corrente mês, em Jussara.

Requer, outrossim, uma vez aprovado o presente, se dê ciência do presente à viúva, Senhora Rita Nogueira.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1980.

a) Antônio Facci.

JUSTIFICATIVA: O Sr. Waldemar Alves Nogueira, foi líder político dos mais conceituados, não apenas no Município de Jussara, onde exerceu por diversas vezes o mandato de Vereador, como em toda a região, tendo desenvolvido um trabalho de orientação e encaminhamento dos problemas da população, com esmerada dedicação e competência. Sua presença nas lides políticas partidárias, não o afastou de uma intensa participação religiosa, destacando-se pelo amor ao próximo, principalmente aos mais humildes, aos quais dedicava especial atenção e carinho.

Waldemar Nogueira foi chamado para Deus ainda moço. Sua família, porém, criada sob liderança firme e cristã, será o testemunho vivo de esposo e pai amoroso e terá sempre presente a figura firme, dedicada, consciente, companheira e, acima de tudo, de um homem que fez de sua vida terrena, um exemplo para a comunidade em que sempre viveu.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ANCELMO FOGLIATO, ocorrido no dia 26 de fevereiro próximo passado, em trágico acidente aviatório.

O extinto era filho de tradicional família de Realeza, agricultor dos mais brilhantes da região sudoeste, onde com seu trabalho e honestidade grangeou a amizade e a simpatia do povo de Realeza.

Requer, outrossim, que se dê ciência do presente requerimento, à família enlutada nas pessoas de seu irmão Argeu Fogliato e de seu parente o Ex-Prefeito daquele progressista município, Senhor João Maria Correa.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1980.

a) Luiz Alberto de Oliveira.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração nos Anais da Casa, de voto de pesar pelo falecimento da Sra. MARIA EUGENIA ITIBERÊ DA CUNHA, ocorrido nesta cidade, no dia 24 de janeiro do corrente ano.

A extinta era pessoa altamente relacionada e com seu passamento consternou todos aqueles que a conheciam e a estimava.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1980.

a) Quielse Crisóstomo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Nos termos regimentais, o parlamentar subscritor do presente, REQUER, seja consignado um voto de congratulações ao jornal "Diário Popular", pela passagem, na data de hoje, de mais um aniversário de fundação.

Da decisão plenária, requeiro seja cientificado o Dr. Abdo Aref Kudri, diretor-responsável pelo referido jornal, marcado pela combatividade e aperfeiçoamento técnico, ao longo de sua existência.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1980.

a) Airton Cordeiro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata um voto de regozijo pelo transcurso do 17º aniversário de fundação do Jornal "Diário Popular".

O referido órgão de imprensa é dirigido pelo Senhor Abdo Aref Kudri, responsável pelo sucesso alcançado por este jornal em todo o nosso Estado.

Parabenizamos, ao ensejo, além do Senhor Diretor Fundador, os demais funcionários que integram este importante meio de comunicação.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1980.

a) Werner Wanderer.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, ouvido o Plenário, o encaminhamento ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná e demais membros daquela Corte, de apelo desta Casa no sentido de que o Município de Quitandinha seja indicado como sede da comarca a ser criada na região a que pertence.

A presente solicitação tem como fundamento, o fato de que Quitandinha atende plenamente os requisitos cons-

tantes do Art. 224, do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Paraná.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1980.

a) Quielse Crisóstomo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, para que se gestione junto ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado, no sentido de que na nova Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, seja criada a Comarca de Mamborê, com sede naquele município, com jurisdição sobre os municípios de Boa Esperança, Nova Cantú e Roncador.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1980.

a) Jurandir Messias.

JUSTIFICATIVA: Tal apelo se faz necessário, em razão do crescente desenvolvimento daquele município de nosso Estado, quer no setor econômico, agrícola, político e cultural, comportando a criação da comarca, o que proporcionará melhores condições àquela progressista região paranaense. Mamborê possui atualmente uma população de aproximadamente 52.200 mil habitantes, sendo que destes, mais de 11.000 mil são eleitores. Sua área total é de 1.374 Km², o que equivale a 54.000 mil alqueires de terras férteis com 90,3% mecanizáveis, onde predominam as culturas de soja e trigo, além de produzir em grande escala o milho, feijão, arroz, algodão, etc...

O Orçamento Municipal de 1980 é de Cr\$ 43.000.000,00, e, as previsões para as arrecadações do I.C.M. e do F.P.M., deverão alcançar as cifras de aproximadamente Cr\$ 40.000.000,00. As obras do novo prédio da Prefeitura Municipal, com 1.327 m² de construção modernamente planejada, tem sua conclusão prevista para o mês de maio próximo vindouro. A sede do município se beneficia com os serviços de abastecimento de água fornecido pela SANEPAR, lembrando que grande parte da cidade já possui toda a infraestrutura necessária, inclusive asfalto, galerias pluviais e esgoto.

No setor educacional o município, além de escolas estaduais, ginásios na sede e no Distrito de Juranda, cursos de 2º grau, conta ainda com 70 escolas municipais. No setor de saúde pública, possui dois hospitais na sede do município, contando com 5 médicos para o atendimento da população, e um hospital no Distrito de Juranda, sendo todos modernamente aparelhados. O município serve-se também, de uma Biblioteca Municipal, Coordenadorias do Mobral e Projeto Logos II, escritório da Acarpa, Sindicato Rural, representação do Inamps, além de entrepostos, inclusive no Distrito de Juranda, da COAMO (Cooperativa Agropecuária Morãoense Ltda). Tem instaladas agências bancárias do Bamerindus, Banestado e Bradesco, contando ainda com um Posto avançado do Bradesco no Distrito de Juranda. No sistema de comunicações, além do Correio Oficial e do Posto de Serviço Telefônico no Distrito de Juranda, dentro de poucos dias a sede estará ligada ao sistema DDD. Ainda dentro do sistema de comunicações, o município se beneficia com as imagens das TVs Cultura de Maringá, Tibagi de Apucarana e Tarobá de Cascavel, contando para tanto com uma moderníssima torre receptora.

Finalmente, apresentamos ainda como justificativa, o fato de ter aquele município, os imóveis reservados e bem situados, para a construção do Fórum local (ficará próximo à Prefeitura Municipal, Telepar e Delegacia de Polícia), bem como para a construção das casas para moradia dos Senhores Juiz de Direito e Promotor Público.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Senhor governador do Estado para que se gestione junto ao egrégio Tribunal de justiça do Estado do Paraná, no sentido de que na nova Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, a ser encaminhada a este Poder Legislativo, seja elevada à 2ª entrância a Comarca de Pitanga, bem como a possível criação de mais uma Vara Criminal.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1980.

a) Jurandir Messias.

JUSTIFICATIVA: Tal apelo se faz em razão do crescente desenvolvimento daquele município de nosso Estado, quer no setor econômico agrícola, político e cultural, comportando a elevação da comarca para 2ª entrância o que proporcionará melhores condições de atendimento àquela progressista região paranaense. A Comarca de Pitanga, conta com seis distritos, sendo que um deles fica distante a 120 Km da sede, possui uma extensão territorial de 6.050 Km², com uma população de aproximadamente 120.000 mil habitantes, sendo que mais de 27.000 mil são eleitores. A sede da comarca, possui praticamente todos os requisitos que justifica este nosso apelo. Possui diversos supermercados, cinemas, lojas de grande porte, quatro agências bancárias, inclusive a agência do Banco do Brasil, hotéis de regular categoria, está ligada ao sistema DDD., beneficiada pelo fornecimento de água através da SANEPAR, com 70% das artérias do quadro urbano asfaltadas, com serviço de água e esgotos. Conta com escolas de 1º e 2º graus, Centro Social Urbano, além de um Clube Social Recreativo com modernas piscinas.

Possui ainda, posto de saúde e hospitais atendidos por excelentes médicos e aparelhados com os mais modernos equipamentos, além de estar ligada à Capital por rodovia totalmente asfaltada.

Após apresentarmos os requisitos e vantagens oferecidos pela comarca, justificamos que tal apelo se faz necessário, uma vez que o movimento forense, tanto no cível como no criminal, como é do conhecimento do egrégio Tribunal de Justiça, é um dos maiores do Estado, razão pela qual a tramitação dos processos ajuizados no Fórum local sofrem sempre uma morosidade, em virtude de que apenas um: Juiz de Direito e um Promotor Público, não possuem condições e tempo necessários para o atendimento dos interesses das partes integrantes de uma comarca de tamanha envergadura.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Senhor Eny Alves, mui digno Engenheiro Chefe do 9º Distrito Rodoviário Federal, ofício solicitando a construção de Viaduto Rodoviário na Br. 369, próximo à Cidade de Cambará.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1980.

a) Palácios.

JUSTIFICATIVA: A Br. 369, Rodovia Federal, contando hoje com um tráfego de aproximadamente 4.000 veículos diários, principal ligação rodoviária do Norte do Paraná com o Estado de São Paulo, tem um viaduto condenado, operando com meia pista, há mais de 1 (hum) ano e que a qualquer instante poderá ser impedida a sua utilização total ao tráfego.

Além do mais, o referido viaduto se localiza após longo trecho em declive e por se encontrar operando em meia pista, tem sido responsabilizado por alguns acidentes e engarrafamentos de tráfego.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, pleiteando imediatas providências para recuperação da pavimentação da estrada que interliga os municípios de Nova Londrina-Itauna do Sul e Diamante do Norte.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1980.

a) Nilso Sguarezi.

JUSTIFICATIVA: Apesar das argumentações oferecidas pelos técnicos do setor, de há muito tempo, mesmo logo após o término das obras, as chamadas rodovias de baixo custo, apresentam falhas estruturais. No Noroeste do Estado, informações dão conta de que o percurso Nova Londrina- Itauna do Sul- Diamante do Sul, em face da precariedade do estado em que se encontra, não oferecerá condições para suportar o tráfego, notadamente nesta época de escoamento da safra de café, preocupando seriamente os produtores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER, o envio, com urgência, de expediente ao Conselho Monetário Nacional, sugerindo, quando na fixação do preço do trigo, as seguintes medidas:

1º) - Liberação imediata do preço mínimo do trigo, uma vez que na região Norte do Estado, o plantio deve iniciar-se ainda este mês.

2º) - Considerar quando da fixação do preço mínimo, o alto custo de produção, que segundo os estudos feitos, por várias entidades, técnicos e agricultores, chega à casa dos Cr\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil cruzeiros) o alqueire (a considerar o preço de inseticidas e máquinas agrícolas como o de hoje).

3º) - Considerar ainda que a média de produção de trigo em excelentes condições atmosféricas chega somente a 60 (sessenta sacos por alqueire).

4º) - Facilitar de todas as formas os financiamentos agrícolas com liberação imediata do crédito, a fim de que toda a área seja plantada, uma vez que grande maioria deseja diminuir a área de plantio, se o preço mínimo não fôr pelo menos condizente com o exagerado preço de tudo que é aplicado na agricultura.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1980.

a) Rosário Pitelli.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a aprovação de um VOTO DE APLAUSO à Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado do Paraná, pela promoção do Fórum sobre a questão Fundiária brasileira, que terá lugar amanhã, dia 4 de março, no Auditório do Colégio Bom Jesus, das 8: 00 às 20: 00; Requer, ainda, seja aprovada a constituição de uma Comissão, composta por sete Deputados, para participar dos debates.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1980.

a) Lázaro Dumont.

JUSTIFICATIVAS: No Brasil, um dos maiores países do planeta, com dimensões continentais, a terra existe em abundância e é apenas parcialmente explorada, sendo propriedade de uma minoria de grandes proprietários. Em 1970, menos de 1% dos proprietários detinham cerca de 43% das terras do país, enquanto que 52% de pequenos produtores detinham apenas 2,8% das terras, a maioria delas apenas alugadas ou ocupadas. A única solução que consideramos viável para mudar esta realidade, evidente demais para ser desmentida, é a REFORMA AGRÁRIA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Srs. Ministros do Planejamento, ANTÔNIO DELFIM NETO; Fazenda, ERNANI GALVÊAS e Agricultura, AMAURY STABILE, solicitando:

1) urgente fixação do preço mínimo do trigo, em Cr\$.. 858,95/sc/60 kg;

2) liberação imediata do mesmo.

sala das Sessões, em 04 de março de 1980.

(a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

Como justificativa, transcrevemos na íntegra o documento elaborado pela Central de Cooperativas do Sul do Brasil, que aborda com profundidade e conhecimento de causa o problema.

ESTIMATIVA DO VALOR BÁSICO DE CUSTEIO PARA A REGIÃO SUL. TRIGO, SAFRA/1980. CONSIDERAÇÕES E CRITÉRIOS DE CÁLCULO. Os valores de custeio para a lavoura de trigo, com e sem fungicidas, aqui considerados, representam a média prevista para a região sul, com base nos levantamentos realizados pelas diversas entidades cooperativistas que a representam. O preço de aquisição reivindicado foi calculado com base no valor básico de custeio obtido conforme critério oficial.

Evidentemente, as lavouras de trigo desses Estados (SP, PR, SC e RS), têm suas características próprias. Mas, através de um trabalho conjugado, conseguiu-se chegar a uma lavoura padrão com tecnologia bastante representativa da lavoura tritícola.

Houve a necessidade de elaborar dois valores de custo: um, para as lavouras com boa tecnologia, mas sem fungicidas; e outro, com fungicidas. Torna-se necessário serem tecidas algumas considerações a respeito.

A lavoura de trigo, pelas suas características, não pode ser considerada para efeito de financiamento de custeio, com grande número de faixas variáveis de produtividade. Uma prática como a aplicação de fungicidas, por si só, não garante um acréscimo significativo de produtividade, mas somente se estiver associado a um outro conjunto de medidas, tais como o plantio em área com rotação de culturas de inverno ou pousio e todas as práticas recomendáveis dentro do sistema de produção.

O uso de fungicidas, na lavoura de trigo, ainda não é uma prática comum, seja pelo seu alto custo, como porque exige determinadas condições em termos de época e forma de aplicação, para mostrar eficiência.

Os resultados da pesquisa e mesmo de um bom número de lavouras comprovam que esse defensivo permite a obtenção de maiores índices de produtividade e do peso específico do grão. Há um consenso de que o agricultor ou faz todos os tratamentos ou não aplica fungicidas todos os tratamentos recomendados.

Voltando à análise do custo, diríamos que praticamente todos os dados foram coletados em novembro e dezembro/79. Evidentemente todos os preços tiveram que ser corrigidos até a época prevista em que serão praticados.

A tarefa de estipular-se aumentos, notadamente em termos de adubos, defensivos, combustíveis e lubrificantes, é extremamente difícil nesta época de evolução desenfreada dos preços, onde, inclusive, as recentes medidas governamentais, tais como a drástica desvalorização cambial, não foram totalmente absorvidas.

Grande parte dos insumos a serem consumidos dependem de importações, sendo que seus preços de venda para futura safra não estão totalmente definidos, sabendo-se no entanto, que devem chegar a níveis extremamente elevados. A nova tabela CIP para fertilizantes só foi liberada no dia em que

este custo estava sendo concluído (11/01/80), e confirmou o grande aumento já esperado.

A elevação de preços dos insumos, combustíveis e lubrificantes, máquinas, transportes e outros itens que compõem o custo de produção, já chegaram a níveis alarmantes. No geral, nem o próprio agricultor está consicente daquilo que o espera para toda a safra de 1980.

Para cada componente do custo houve a necessidade de uma análise específica. As práticas culturais, bem como os insumos, suas quantidades e preços, são médias representativas da região sul; já a correção dos valores foi realizada conforme critérios descritos a seguir:

— **SEMENTES:** Adotou-se o preço a ser praticado, com base em vendas já efetuadas, principalmente no Paraná, que detém no momento o maior excedente de sementes.

— **FERTILIZANTES:** Considerando o preço CIP da nova tabela, que prevê pagamento em janeiro/80 (Cr\$ 306,00; P Cr\$ 333,00; K Cr\$ 106,00 e processamento Cr\$ 794,00. Sobre este valor foi computado mais juros mensais de 2,5 por cento até março/80, que é o mês previsto em termos gerais para pagamento. Como o preço é FOB/Fábrica, foi incluído mais o valor de transporte, Cr\$ 481,00 t.

— **DEFENSIVOS:** Sobre os preços de novembro/ dezembro de 1979, aplicou-se um acréscimo de 40 por cento que é o mínimo que se pode considerar dentro da atual realidade. Em algumas tabelas de preços de venda já liberadas por fabricantes, inclusive com prazo de validade extremamente curto, o aumento observado é igual ou superior ao considerado. O acréscimo adotado no cálculo é extramemnte otimista, se comparado às interações dos fabricantes, conforme informações obtidas junto aos mesmos. Grande parte dos produtos tem princípios ativos importados, o que, em função da desvalorização cambial e do próprio aumento da matéria prima, podem chegar a níveis de preços proibitivos ao nosso agricultor.

— **COMBUSTÍVEIS, LUBRIFICANTES E FILTROS:** Considerou-se um aumento na ordem de 30 por cento para os combustíveis e lubrificantes; sendo que para a parcela relativa à colheita, que corresponde a nove por cento de consumo total e que só se realizará em outubro/novembro, foi previsto outro ajuste no mesmo nível. Para os filtros, o aumento considerado foi de somente 20 por cento.

— **CONSERVAÇÃO E REPAROS:** Este valor é obtido através de coeficientes aplicados no valor das máquinas e implementos e não foi corrigido. Esta decisão prende-se ao fato de que os preços considerados são de tabelas, que possivelmente estarão em vigor até maio/junho de 1980.

— **MÃO DE OBRA:** Como a remuneração da mão de obra considerada nos cálculos está vinculada proporcionalmente ao salário mínimo oficial, previu-se uma correção de trinta por cento, que se acredita razoável para o que prevalecerá a partir de 01 de maio de 1980.

Há estados em que o Plantio se desenvolve mais cedo, como é o caso do PR e SP, mas, em compensação, o forte da colheita, notadamente no RS, costuma ser em novembro. Dentro da modalidade de correção atual dos salários, que é semestral, para 01 de novembro, teremos mais um aumento. Mas, convencionou-se que o referido acréscimo serve para contrabalançar o valor das operações executadas mais cedo.

O valor adotado é baixo se considerarmos ainda, que as atividades de capataz ou administrador contratado não foram computadas no custeio.

— **TRANSPORTE EXTERNO:** Este item que compreende o transporte da produção, fertilizantes e sementes da lavoura à cooperativa e vice-versa, não foi corrigido aleatoriamente, porque os preços do frete junto às cooperativas já era uma previsão para a safra (base Cr\$ 12,00 o saco de 60 kg).

Feitas estas considerações, cabe destacar a produtividade adotada que, afinal, é o divisor do cálculo. Para as lavouras com

ESTIMATIVA DO VALOR BÁSICO DE CUSTEIO PARA A REGIÃO SUL

TRIGO – SAFRA 1980

COMPOSIÇÃO DO V.B.C.

fungicidas adotou-se 23 sacos 60/kg/ha, enquanto que para sem fungicidas, 19 sacos. Houve um consenso de que estes são os números mais indicados em função da tecnologia adotada, do comportamento das últimas safras e de uma série de outras informações junto às cooperativas e órgãos de pesquisa. Desta forma, solicita-se:
Valor básico de custeio para lavouras com fungicidas:

Cr\$ 11.654,97
– Valor básico de custeio para lavouras sem fungicidas: Cr\$ 1.986,21;
– Preço necessário (média em função da produtividade): Cr\$ 858,95 sc/60 kg
OBS: Em anexo, Quadro Demonstrativo da Estimativa do valor básico de custeio para a Região Sul.

A – INSUMOS MODERNOS					
Sementes	Fiscalizada	125 kg	11,60	1.450,00	1.450,00
Fertilizante base	6-30-15	250 kg	16,35	1.087,50	4.087,50
Cobertura	Uréia	45 kg	14,04	631,80	631,80
Herbicida (50% da área)	2,4 D	1,30 l	210,00	136,50	136,50
Inseticida Sistêmico (2 apl.)	Dimethoato	0,5 l	210,00	210,00	210,00
Contato	Endosulfan + Monocrotophós	1,0 l	323,27	323,27	323,27
Fungicidas 1.º Trat. (1 apl.)	Enxofre	2,30 kg	70,00	—	161,00
2.º Trat. (2 apl.)	Maneb	4,00 kg	126,00	—	504,00
3.º Trat. (1 apl.)	Triadimefon	0,50 kg	1.568,00	—	784,00
Sub-Total (A)				6.839,07	8.288,07
B – OUTROS INSUMOS					
Combustíveis, lubrificantes e filtros				1.614,00	1.674,70
Conservação e Reparos				576,11	640,12
Mão-de-obra				666,03	701,08
Frete (lavoura/cooperativa)				291,00	351,00
Sub-Total (B)				3.147,14	3.366,90
Total (A + B)				9.986,21	11.654,97
Produtividade Média (SCS 60 kg)				19	23
Preço necessário – V.B.C. x 166,7				876,16	844,74
Preço necessário (Média)					858,95

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Sr. NIVALDO ALMEIDA NETO, DD. Secretário dos Transportes, solicitando que o traçado da estrada que será construída até o Distrito de Nossa Senhora da Aparecida, no Município de Capitão Leônidas Marques, passe pelo Distrito de Ibiracema, em Catanduvas, ligando à BR-277.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1980.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

A Câmara Municipal de Catanduvas, tendo tomado conhecimento da construção da estrada que deverá alcançar o Distrito de Ararecadinha, no Município de Capitão Leônidas Marques, reivindica com justa razão, que essa rodovia passe pelo Distrito de Ibiracema.

O Distrito de Ibiracema, situado numa das mais produtivas regiões do Oeste do Paraná, carece de melhores estradas para o escoamento de sua produção agrícola.

Por outro lado, o Município de Catanduvas, muito próximo do progresso de Cascavel, necessita de maiores atenções por parte do Governo do Estado.

A ligação asfáltica da BR-277 ao Distrito de Boa Vista da Aparecida, em Capitão Leônidas Marques, passando por Ibiracema virá dar maior alento àquela próspera região de nosso Estado.

Por tais motivos, acreditamos no atendimento dessa meritória solicitação feita pela Câmara de Vereadores de Catanduvas, legítima representante da população local.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Srs. NIVALDO ALMEIDA NETO, DD. Secretário dos Transportes, e EULER MERLIN, DD. Diretor Geral do DER, solicitando-lhes a efetivação da ligação asfáltica dos trechos Cafelândia-BR 369 e Cafelândia a Nova Aurora.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1980.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Há vários anos, temos insistido desta Casa juntamente com outros parlamentares de ambos os Partidos, que sejam efetivadas as obras de asfaltamento do pequeno trecho de 14 km necessários para ligar Cafelândia à BR-369, e aproximadamente 15 km para consolidar uma perfeita ligação a Nova Aurora.

No momento, o atendimento dessa justa reivindicação será a melhor maneira do Estado tributar merecida homenagem ao novo município que surge no Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Srs. NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, DD. Governador do Estado, NIVALDO ALMEIDA NETO, DD. Secretário dos Transportes e EULER MERLIN, DD. Diretor Geral do DER, solicitando a retificação e o ensaiamento da estrada que liga a BR-277 a Campo Bonito - Sertãozinho em Guaraniaçu, ligando a Gleba 12 - Rio Tourinho - Gleba Munhoz da Rocha e Longuinópolis em Corbélia, na extensão de aproximadamente 40 quilômetros.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1980.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

A referida estrada se encontra em estado muito precário e quase sem condição de tráfego, principalmente entre Campo Bonito, Sertãozinho e Longuinópolis, estrada muito antiga feita em terreno acidentado, constituído de curvas e várias lombadas, sendo impraticável o transporte de grande safra que naquela região é produzida, impossibilitando assim o tráfego de caminhões e carretas, além de ser impossível o acesso de ceifas para fazer a colheita que está pronta a iniciar-se.

A estrada ficou profundamente agravada e sem condições de tráfego por causa das chuvas que têm caído na região.

Várias fazendas estão em vias de perda da grande parte de seus produtos, como por exemplo a fazenda Myiasaki, e tantos outros produtos como o milho, feijão, arroz, soja, além da suinocultura.

É mister lembrar que o DER, nenhuma responsabilidade de estrada tem no Município de Guaraniaçu, porque as estradas são conservadas pelo município, cujos recursos são insuficientes e a grande extensão das estradas municipais somadas ao elevado número de acidentes geográficos da região, impossibilitam a perfeita adequação dos serviços rodoviários.

Trata-se de uma estrada intermunicipal em cuja região é expressiva a produção de cereais e produtos agrícolas.

Por essa razão, torna-se urgente a presença física do DER com equipamentos adequados para corrigir a estrada, ao mesmo tempo que a revestem com saibro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja incluído nos Anais desta Casa de Leis, a crônica redigida pelo jornalista EMIR SFAIR, do Jornal "O Paraná", de Cascavel, de 02 de março do corrente.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1980.

(a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja designada uma comissão constituída através de Srs. Deputados, para representar este Poder Legislativo na posse do Sr. Dr. ANTÔNIO LUIZ DE SOUZA ROCHA, no cargo de Diretor Geral do Departamento de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, que ocorrerá dia 06 de março, às 11:00 horas, no salão nobre daquele Ministério, em Brasília, DF.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1980.

(a) FUAD NACLI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 01/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominada ESCOLA PADRE CARLOS ZELESNY — ENSINO DE 1.º GRAU, à Unidade Escolar implantada no Bairro de Sabará, Município de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1980.

(a) DAVID FEDERMANN

JUSTIFICATIVA:

Ponta Grossa conta entre os seus mais destacados pioneiros da educação e religião com a figura impar do Padre Carlos Zenesny.

Este educador nato, que aliou ao seu inusitado amor ao próximo, um espírito desbravador e empreendedor, conseguiu, nos longos anos em que faz parte da comunidade pontagrossense, criar inúmeras escolas ao lado das paróquias que instalava nos recém formados bairros e núcleos que surgiam na cidade.

Para isto nunca mediu esforços e, muitas vezes, a sua capela era transformada em sala de aula.

Dentre as escolas que fundou, algumas hoje são importantes estabelecimentos de ensino, como o Colégio São Sebastião, a Escola São Jorge - Ensino de 1.º Grau, na Vila Madureira, a Escola São Pedro do Sabará, e inúmeras outras.

Hoje, em idade avançada, continua à frente de sua paróquia e das escolas, com o mesmo espírito denodado de amor, trabalho e progresso.

E, na ocasião em que a Escola São Pedro do Sabará, com 700 alunos, se transfere para o prédio construído pelo Governo, sente a comunidade pontagrossense o desejo de render-lhe uma significativa homenagem, nominando a nova unidade escolar de "ESCOLA PADRE CARLOS ZELESNY - ENSINO DE 1.º GRAU".

Pelas razões apontadas, a comunidade pontagrossense, juntamente com este Deputado, confia em que esta Assembléia dará a sua aprovação ao proposto.

PROJETO DE LEI Nº 02/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "INSTITUTO PIO XII", com sede na cidade de Londrina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1980.

(a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

Declarado de utilidade pública municipal por força da Lei 3099, de 06 de dezembro de 1979, e fundado em 13 de maio de 1960, o INSTITUTO PIO XII de Londrina, muito tem contribuído na formação social e educacional da criança e do adolescente londrinense, através das obras mantidas por esta entidade, tais como a Creche PIO XII, Recanto Infantil PIO XII, e as escolas Jardim de Infância, Pré-Escolar, Pré-Vocacional PIO XII, sendo que aos atendidos por esta entidade, e dada uma formação fundamental, e a iniciação profissional dentro dos princípios cristãos, sob a direção e orientação da Sociedade Claretiana de Educação.

Nada mais justo que também seja outorgado o Título de Utilidade Pública Estadual a esta entidade, que já está para completar vinte anos de ininterruptos trabalhos, e que tanto tem colaborado para que nosso Estado alcance o desenvolvimento almejado dentro do setor educacional, pois grande tem sido o número de jovens que já passaram e que ainda passam pelos bancos de nossas universidades, e que aprenderam as primeiras letras de nosso alfabeto, nos bancos daquela entidade, e por isso temos certeza que poderemos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis, e que para tanto anexamos os documentos que se fazem necessários, para que o INSTITUTO PIO XII seja declarado de utilidade pública.

PROJETO DE LEI Nº 03/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA de Alvorada do Sul, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1980.

(a) VALDUGA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro na cidade de Alvorada do Sul, Estado do Paraná, constitui uma sociedade civil de caráter assistencial,

sem fins lucrativos, e tem como finalidade proteger e assistir à maternidade e à infância em geral à pessoas: carentes de recursos, velando pela sua saúde, o bem estar e suas necessidades, prestando-lhes assistência médica, alimentar, educacional, moral, além de outras iniciativas ou empreendimentos médico-sociais, em favor da maternidade e da infância.

Encontra-se em pleno funcionamento e atende as determinações previstas em lei.

A APMI de Alvorada do Sul pelo seu importante papel desempenhado na área assistencial de nosso Estado, justifica por si própria a presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 04/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA NOVA VIDA de Londrina, com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1980.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Evangélica Nova Vida de Londrina, com sede na cidade do mesmo nome, é uma associação civil, de caráter assistencial filantrópica e beneficente, sem intuito lucrativo e com duração indeterminada.

Tem como fins:

a) Promover o bem estar individual ou da família, considerada como um todo, sem distinção política, religiosa ou raciais, prestando assistência econômica, social, moral, educacional, recreativa e física.

b) Combater a mendicância e promover a recuperação das realmente necessitadas.

c) Apoiar as demais instituições sociais estimulando-as a adotarem programas planejados, para maior e melhor prestação de serviços e comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 05/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica criado o Município de CORUMBATAÍ DO SUL, com sede na localidade do mesmo nome, com território desmembrado do Município de Barbosa Ferraz, e as seguintes divisas:

"Começa na barra do Córrego Ourilândia com o Ribeirão São Joaquim, daí segue o espigão Raposo Tavares Óleo, Pardo, até a estrada de Iretama, daí por linha seca até a barra do Rio Chupador com o Rio Formoso, segue pelo Rio Chupador acima até a divisa com o Município de Campo Mourão, segue por esta até o espigão Urarao Lontrão, daí segue pelo espigão até a nascente do Ribeirão São Joaquim e daí por este abaixo até a barra do Córrego Ourilândia, ponto de partida".

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1980.

(a) DARCY DEITOS

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Corumbataí do Sul, pertencente ao Município de Barbosa Ferraz, é um dos mais desenvolvidos de todo o Estado do Paraná, como provaremos com farta documentação que entregaremos à douta Comissão Especial constituída nesta Casa, para julgar tais solicitações.

Mas antecipando nossas informações, poderemos afirmar que Barbosa Ferraz conta hoje com um dos Distritos que mais tem se desenvolvido no Estado, mas urge que o mesmo se torne independente para que o seu laborioso povo possa gerir o seu próprio destino.

Conta atualmente o Distrito de Corumbatai do Sul com 2.257 (dois mil, duzentos e cinquenta e sete) eleitores, os quais somados aos Distritos de Paraíso do Sul, com 617 (seiscentos e dezessete) eleitores e Bourbonia com 686 (seiscentos e oitenta e seis eleitores, ficaria um total de 3.560 (três mil, quinhentos e sessenta) eleitores, conforme certidão fornecida pelo Juízo Eleitoral da 133.^a Zona Eleitoral de Barbosa Ferraz.

Possui conforme certidão do IBGE, 11.142 (onze mil, cento e quarenta e dois) habitantes, censo de 1970.

Possui no seu quadro urbano 361 (trezentas e sessenta e uma) casas (construções), entre elas uma igreja católica, quatro templos protestantes, uma agência bancária, um hospital, um cinema, posto de gasolina e um comércio promissor que atende as necessidades dos que lá habitam. Maiores dados forneceremos quando da juntada de certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz e IBGE.

Segue anexa à presente as 100 (cem) assinaturas de cem eleitores devidamente qualificados.

Conta ainda, com os meios de comunicação necessários a seu desenvolvimento, isto é, agência de correios e telégrafos e um mono canal telefônico.

Sua renda é das mais expressivas, sendo que demonstraremos a mesma com a juntada de certidão fornecida pela Secretaria das Finanças, tão logo a mesma nos remeta.

Como demonstramos está o referido distrito equipado com todas as condições exigidas pela Legislação para que se torne independente, o que é desejo de toda a sua população.

PROJETO DE LEI N.º 6/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado, no Município de Cascavel, o Distrito Administrativo de SEDE ALVORADA, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

“Início na cabeceira do Rio São Martins, e por este abaixo até a sua foz no Rio Barro Preto e por este abaixo, até a sua foz no Rio São Francisco e por este abaixo até a foz do arroio Lopaí, seguindo por este até a sua nascente; deste ponto em linha reta e seca em direção Norte até encontrar a antiga estrada Cascavel-Toledo, seguindo esta estrada até sua passagem pela sanga Barro Preto e por esta até a foz do Rio da Erva e por este acima até sua nascente e deste ponto em linha reta e seca em sentido Sul, até encontrar a Cabeceira do Rio São Martins.”

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) DAVID CHERIEGATE.

Apoiamento:

Fabiano Braga Côrtes, Luiz Alberto Oliveira, Lázaro Dumont e Valduga.

JUSTIFICATIVA:

A criação de distritos administrativos decorre de necessidades administrativas do interesse peculiar do município.

A municipalidade de Cascavel, nos termos da Lei Orgânica dos Municípios, já se manifestou favoravelmente por meio de seus órgãos institucionais.

Nestas condições, cumpre a este o Poder atender prontamente a presente reivindicação, legitimada pelo suporte administrativo e pelo pronunciamento das autoridades locais.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, nobre Deputado Lázaro Dumont. (Ausente).

Concedo a palavra ao nobre Deputado José Domingos. Antes, porém, a Mesa registra com satisfação a presença, em nosso plenário, do Sr. Antônio Rossoni, Presidente da Câmara

de Vereadores; Jorge Faccini, Vereador; Artur Jano, Secretário da Prefeitura; Naldi Gimelle, Gerente da Cooperativa; Dr. Antônio dos Santos, Prefeito de Guaraniaçu; Alci Ten, Presidente do Sindicato dos Suinocultores; Elias Dallagnol, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que nos traz à tribuna, na tarde de hoje, é para encaminharmos um requerimento que estamos apresentando à Casa, no sentido do encaminhamento de expediente ao Sr. Secretário da Educação, Edson Machado, solicitando a formação de um grupo de trabalho, visando a implantação, já a partir do próximo ano letivo, da uniformização do material escolar, especialmente no que diz respeito a cadernos, livros e outros equipamentos.

E a razão de estarmos apresentando este requerimento, nós justificamos em seguida. (Lê):

“O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação, Edson Machado, ofício solicitando a formação de um grupo de trabalho visando a implantação, já a partir do próximo ano letivo, da uniformização do material escolar, especificamente no que diz respeito a cadernos, livros e outros equipamentos.

JUSTIFICATIVA:

Por certo, o Senhor Secretário Edson Machado não desconhece estar havendo inúmeras situações embaraçosas e até mesmo desesperadoras por parte de pais de família impossibilitados de atender as exigências de determinados professores e professoras no que diz respeito ao material escolar. É preciso que a Secretaria da Educação, através do seu titular, acabe de vez com o problema que se repete anualmente, determinando uma nova orientação no que diz respeito ao material escolar que deve ser utilizado durante o ano letivo pelos alunos que freqüentam as escolas oficiais de ensino em todo o Estado, porque são realmente absurdas certas exigências que presentemente estão sendo feitas. Esta orientação se faz necessária e acreditamos que ela virá por obediência, até mesmo, das aspirações de centenas e centenas de pais e mães de alunos e acreditamos da sensibilidade do Senhor Secretário da Educação.

Não se constitui novidade alguma dizer-se que o País vive momentos difíceis. Em todos os setores. Desde os políticos, os econômicos, os de cunho eminentemente social, trazendo em seu rastro problemas de toda a ordem, atingindo, principalmente, as áreas de menos poder aquisitivo, independentemente do momento em que estão vivendo. Nestes dias, porém, de início do ano letivo a problemática atinge outras conotações face à necessidade de os alunos das escolas oficiais do Estado se reequiparem com material escolar, uniformes, livros e cadernos. Nas duas últimas semanas, tenho assistido e vivido momentos de revolta e até mesmo de compaixão.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É incrível o que está se exigindo de nossos escolares, filhos de pais carentes de recursos, porque são simples trabalhadores, sem qualificação de mão-de-obra, que dependem quase que exclusivamente do míngua salário para fazer frente às mínimas necessidades de sua família. As mais absurdas exigências foram ou estão sendo feitas por parte de determinados professores que não veem ou não querem ver uma realidade à sua frente: a realidade de um pai de família, com dois ou três filhos em idade escolar, sem recursos maiores para compra de material escolar.

Poderíamos, neste momento, citar uma extensa relação de material escolar que chegou em nossas mãos, mas, cito apenas alguns exemplos. Através dos quais poderão os nobres Senhores Deputados aquilatar o absurdo de certas exigências, a falta de visão de certos professores: um professor está pedindo

a um aluno da terceira série dez cadernos de gramática, com cem folhas cada um. No total, para dez meses de aula, são mil folhas de caderno. Um outro professor, está exigindo para a segunda série trezentas folhas de papel sulfite. Imaginem os senhores, numa sala de aula com 40 alunos, são doze mil folhas de papel sulfite. Há outras relações, onde são feitas exigências similares, formando no todo o absurdo que está ocorrendo à revelia da Secretaria da Educação, que não pode, em absoluto, fiar indiferente ao fato.

Há uma outra solicitação, mais absurda ainda e que nos chegou às mãos através de um pai de família que recebe sete mil cruzeiros por mês em sua folha de pagamento. A escola está exigindo quinhentas folhas de papel sulfite. Exatamente quinhentas folhas de papel sulfite, para cuja compra seriam necessários três mil cruzeiros, face ao alto custo deste papel. Agora imaginem se na sala de aula deste aluno estiverem estudando 30 alunos, e que cada aluno deva levar quinhentas folhas de papel sulfite dá um total de quinze mil folhas.

Uma outra escola pediu seis cadernos de linguagem, cada um com cem folhas, seis cadernos de matemática, também, com cem folhas cada caderno, e quatro cadernos para aulas de religião, igualmente, com cem folhas cada um. Os exemplos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, se somam às dezenas.

Por isto estamos encaminhando este requerimento à Secretaria da Educação esperando que para o próximo ano tais absurdos, fruto da falta de sensibilidade de certos professores, não mais aconteçam."

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Renato Bueno.

O SR. RENATO BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Traz-me a esta tribuna o dever maior e indeclinável de consignar um voto de pesar pela perda irreparável e insubstituível do grande homem público, Deputado ARNALDO BUSATO.

Sinto-me contristado e verdadeiramente compelido a homenagear a memória do amigo, que após embate doloroso, viu-se tão prematuramente afastado do convívio dos homens.

Sucumbiu-o a moléstia atroz que lhe consumiu as forças físicas, mas que, por outro lado, mais serviu para evidenciar a prevalência e o vigor de seu espírito, animado pela alma nobre que irradiou a todos quantos tiveram o privilégio de com ele conviver. Em luta desleal que lhe travou a doença, deixou ele o testemunho de sua tremenda força interna e do extraordinariamente arraigado amor que nutria para com a vida.

Uni-me às manifestações de dor, ausência e saudade que a falta de Arnaldo Busato faz sentir e revelar em todos os seus incontáveis amigos e que, partindo do peito calado de seus entristecidos eleitores, se projeta através das vozes embargadas de outros tantos, para alcançarem os inequívocos sentimentos das mais ilustres personalidades da vida pública brasileira. É visível a lacuna deixada por ARNALDO BUSATO. Mesmo os seus adversários hão de louvar-lhe a lealdade com que sempre se conduziu nas atitudes e posições que assumiu, isentando-os, pois, de quaisquer ressentimentos. Nem sequer as especialíssimas circunstâncias da vida pública a exigir dos homens a eleição de alternativas e definições - não raro incompreendidas - poderiam de qualquer forma deslustrar a correição de conduta que esse espírito de lealdade acabaria por inspirar no Arnaldo Busato, homem e cidadão.

Médico dedicado, amigo de todas as horas, chefe de família exemplar e extraordinária figura de nosso universo político, conheci Arnaldo Busato nos recintos desta Assembléia, e juntos labutamos por duas legislaturas. Alçado com a mais expressiva votação obtida em nosso Estado para a Câmara Federal, lá foram buscá-lo os nossos governantes para que ele,

por duas vezes, assumisse a Secretaria dos Negócios da Saúde e Bem Estar Social do Paraná. Então Chefe do Distrito Sanitário de Cascavel, tive a oportunidade de receber o Secretário Arnaldo Busato e de hospedá-lo em minha própria casa. Ali, em diversas ocasiões, o ouvi e partilhei de seus planos; trocamos idéias, opiniões e impressões; recebi e procurei retribuir aquele calor humano que exalava de Arnaldo Busato e que acabava sempre por magnetizar os seus interlocutores, tornando-o figura verdadeiramente carismática.

Homem inteligente e voluntarioso, Arnaldo Busato pautou a sua vida dentro de uma postura ética de que jamais se afastou, lastreada por ideais e por uma linha de hombridade e humanidade em que não faltaram atitudes desassombradas, arrojo, brio e coragem, mantendo um padrão de comportamento da mais absoluta coerência. Tais caracteres acabariam por grangear-lhe a justa e meritória popularidade política, a admiração e a dedicação dos amigos e o respeito dos adversários. Outorgaram-lhe sucesso e projeção em todas as empresas a que se propôs, sobrelevando mencionar aquela decorrente de sua inata vocação pública.

Para se fazer justiça à história, há que ser pleonástico ao afirmar que a morte de ARNALDO BUSATO constitui verdadeiramente uma pedra irreparável para o Paraná e para o Brasil, e isso traduz, em essência, a presente elegia.

Porque póstuma esta homenagem, faço dela destinatários Da. Rosy e filhos, assim como todos os demais familiares que tão proximamente contribuíram para as realizações e o exemplo que Arnaldo Busato nos deixou como verdadeiros legados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Egon Pudell.

Antes porém, a Mesa anuncia a presença, em nosso plenário, do Sr. Valdir Soares Pereira, Vereador do Município de Telêmaco Borba.

O SR. EGON PUDELL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "É com muita tristeza que ocupamos hoje esta tribuna. Morreu Busato. Foi um acontecimento que nos causa um pesar indescritível. Não precisamos particularizar detalhes da vida fecunda desse ilustre brasileiro que, em vários mandatos, foi Deputado Estadual, Deputado Federal e Secretário da Saúde do Estado do Paraná, funções que exerceu com o entusiasmo do seu patriotismo e com o calor de sua juventude.

Todos nós sabemos quais eram as dimensões de sua cultura, de suas raras qualidades de homem, de fidelidade aos seus princípios e aos seus amigos e de amor à sua terra.

Senhor Presidente, Srs. Deputados, Arnaldo Busato era simples como são todos os grandes homens. Com a sua morte, parece-nos, até, que não desapareceu apenas um homem, desapareceu uma instituição."

"Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Reportamo-nos ao pronunciamento que fizemos nesta Casa em data de 21 de novembro do ano passado. No mesmo, referíamo-nos à instalação de um porto fluvial em Santa Helena-Pr., evidentemente depois que ocorresse o enchimento do reservatório de ITAIPU.

Na oportunidade, solicitáramos, fosse enviado uma cópia fiel do dito pronunciamento, entre outras altas autoridades, ao Excelentíssimo Senhor Diretor Geral de Itaipu - Binacional, uma vez que, pelo que nos informaram, constava que Itaipu já havia formulado estudos para a construção do referido porto fluvial.

Sua Excelência, em resposta, com a lhanza que o caracteriza, oficiou ao Excelentíssimo Senhor Presidente desta Casa, Deputado Fabiano Braga Côrtes, expressando-se nos seguintes termos:

"Até a presente data esta Entidade ainda não elaborou estatutos visando a construção do citado porto, os quais seriam iniciados somente após a formulação, recomendações e análises do Plano Diretor da Área do Reservatório de Itaipu, ora em elaboração."

Deduzimos, pelas demais considerações formuladas por Sua Excelência, que nos parece ainda prematuro o estudo dirigido por assunto, eis que a área fluvial ainda estaria sujeita a diversas injunções. Por outro lado,, o Sr. Diretor Geral de Itaipu comunicou que "várias obras estão previstas, sendo objeto de estudos, para imediatas providências de implantação, e que, dentre as obras previstas, destacam-se como essenciais e estão em fase de detalhamento, a denominada Travessia de Linha da Balsa (Rio São Francisco Falso) e a variante Santa Helena - São Clemente. A primeira será constituída de uma ponte com 120m de comprimento e 27m de altura, e um aterro de 560.000 m cúbicos. A variante da estrada Santa Helena - São Clemente, com 6 km de extensão, complementará a obra anterior, assegurando a comunicação da sede municipal com São Clemente e Toledo, após o enchimento do reservatório."

Agradecendo, desta tribuna, a especial atenção de Sua Excelência, o Diretor Geral da Itaipu Binacional, nos facultando meios e informações para serem trazidas a esta Casa e ao povo de Santa Helena, esperamos que, quando despontarem adequações ao pedido que formulamos em novembro do ano passado, venha o mesmo merecer a honrosa atenção da digna Diretoria da Itaipu Binacional."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado David Cheriegate. Antes porém, a Mesa anuncia a presença dos Senhores Vereadores de Formosa, Sr. Pedro Anesi, Elias Pinheiro e João Martins, que se encontram neste plenário.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Está sendo anunciado, com todo alarde pela televisão e imprensa de todo o País, que um projeto de lei objetivando legalizar a prática do aborto será posto em votação no Congresso Nacional, que ora reinicia seus trabalhos. Queremos assinalar aqui nossa posição manifestamente contrária à aprovação dessa infima proposição, não somente traduzindo sentimentos pessoais, mas interpretando o ponto de vista das mais ponderáveis e significativas forças da região que representamos neste Parlamento.

Consideramos a vida humana como o valor supremo da criação divina e todo atentado contra ela merece nosso veemente repúdio. Neste instante, estamos ao lado das tradições jurídicas da Nação que punem o aborto entre os crimes contra a pessoa. Nossa legislação consagra a princípio de que ao Estado cabe proteger a vida desde sua concepção, um preceito também resguardado nas civilizações ainda não atingidas por esse tipo de desagregação moral que, lamentavelmente, se pretende institucionalizar.

Na região que temos a honra de representar nesta Casa percebemos nítida inquietação ante o debate desse problema, além de viva revolta pela pretendida legalização do aborto. Refutamos, como válida, a desculpa de que a permissão de tão monstruoso ato contribua para resolver o chamado problema da densidade demográfica, pois que, mesmo que este existisse, haveriam outras formas de controle da natalidade através de um planejamento familiar cristão.

É inaceitável, também o argumento de que, legalizado o aborto, ficaria sanada a questão das clínicas clandestinas que vivem a custa dessa prática ou que se evitaria os casos fatais causados por pessoas leigas.

Se fôssemos aceitar essa leviana justificativa, teríamos que elaborar sempre novas leis que, ao invés de combater o

crime, o consagraria,, já que a infração às normas legais estaria se tornando um ato normal dentro da sociedade. Iríamos legalizar a ilegalidade apenas porque seria conveniente a setores comprometidos com interesses antinacionalistas. O que interessa ao Brasil, País-Continente, é a formação de uma ampla sociedade que ocupe todos os espaços físicos, concorrendo, com sua força de trabalho, para o desenvolvimento. Para que isso ocorra será necessário a melhor distribuição de renda, exterminar os bolsões de pobreza, melhorar as condições de vida, amparar a infância desnutrida, incentivar os benefícios do pré-natal, formar, infim, um grande povo com suficiente aptidão física e espiritual para herdar o imenso patrimônio territorial e cultural de que somos também legatários.

Consideramos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a tentativa que se esboça de legalizar a prática do aborto, insere-se num solerte movimento visando ainda mais corromper as estruturas morais da Nação, já tão duramente atingidas por toda sorte de investidas predatórias. Assistimos, assim, rapidamente ruir as grandes reservas não só do civismo, mas da moral e da ética.

O aborto, além de ser um cruel e covarde assassinio de um ser inocente e indefeso, não representa senão um aspecto dessa permissividade sexual tão descontrolada; que, sob o incentivo de uma legislação perversa, irá solapar irremediavelmente os alicerces básicos da família.

Entendemos que a constituição da família, elo primordial da formação da Pátria, deva se assentar nos sentimentos de amor que unem os seres através dos laços do matrimônio e de cujo sacramento formam-se as novas gerações.

O País vive momentos de angústia ante à onda de crime que assola os grandes centros urbanos e que também deixa trágico saldo de vítimas no interior.

Os instrumentos tradicionais de combate à violência mostram-se impotentes, não apenas pela falta de recursos materiais para deter à terrível escalada dentro e fora do ventre materno. Legalizando o aborto, estaremos dando um passo decisivo para também legalizar outros tipos de crimes contra a vida humana.

Acreditamos, Sr. Presidente, haver chegado a hora da Nação dizer um basta à corrupção dos costumes, à decomposição moral que desmorona a sociedade. Ao Congresso Nacional, onde a famigerada lei foi oferecida, precisamos dirigir o nosso mais veemente apelo para que tão monstruosa iniciativa seja abortada em seu mal inspirado nascedouro."

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Inicialmente, quero me associar com o nobre Deputado David Cheriegate, pelo seu oportuno pronunciamento a respeito da problemática do aborto, que está sendo discutida por diversos órgãos da comunicação do Brasil e também pelo Congresso Nacional.

Realmente, os conceitos que foram por Sua Excelência aqui emitidos, devem ser avaliados devidamente por aqueles que se preocupam com a sociedade brasileira, para que não se cometa um mal maior para resolver um mal menor.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dentre os problemas que prejudicavam seriamente a normalidade social e econômica de Curitiba, encontrava-se o das enchentes.

A invasão das águas em vias públicas e edifícios ocorria não apenas nas regiões centrais mas, também, em diversos bairros, causando a paralização de veículos, a suspensão de atividades produtivas e a perda de bens. A saúde do povo, obviamente, ficava comprometida.

Hoje, graças à fundamental ação da Prefeitura, seguindo o

planejamento global bem elaborado, Curitiba está praticamente isenta de inundações, que, em muitas cidades brasileiras se constitui em autêntico pesadelo.

Esta condição bem demonstra a eficiência dos trabalhos executados e em execução, incluindo-se a importante obra de canalização que a atual administração municipal leva a efeito junto à praça fronteira à sede desta Assembléia Legislativa.

Ao ressaltar estes magníficos resultados, como representante de expressiva parcela do povo curitibano, com grande satisfação congratulo-me com o dinâmico e renomado Prefeito Jaime Lerner e sua valorosa equipe por mais este feito relevante para a Cidade Sorriso.

Era só, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao último orador inscrito, nobre Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. (Lê):

“A Nação já se convenceu de que, de casuísmo em casuísmo, o que se convencionou apelidar de estamento recorre a todas as armas e a todos os artifícios para permanecer no poder. Trata-se de um conluio udeno-militarista, a serviço de poderosos grupos econômicos e políticos, sobretudo estrangeiros. Vimos uma sucessão de fatos contritadores, porque de violentação à consciência do povo e de quebra de todos os princípios éticos. Os atos institucionais marcaram páginas negras em nossa História, e deles resultou um cotejo de horrores - implantação do arbítrio, desrespeito aos fundamentais direitos do homem, supressão da liberdade e da democracia, degradação do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, instituição de um Estado policial sob o falso pretexto da defesa da segurança nacional, prisões em massa, tortura e mortes cruéis nos porões da ditadura, desaparecimento misterioso dos corpos das vítimas, cassação indiscriminada de mandatos eletivos, numa afronta à soberania da vontade popular, suspensão de direitos políticos daqueles que haviam se atrevido a pensar contrariamente aos poderosos do dia e de condenarem seus atos vís, aposentadoria compulsória de servidores civis e reforma, também compulsória, de cabos, sargentos e oficiais das Forças Armadas. O Brasil se transformou num vasto campo de concentração, onde imperaram a dor, as lágrimas e o sangue, o medo e o ódio.

Os grupos que se amontoam, em asquerosa promiscuidade, à volta do poder se assanham na busca de maiores privilégios e na busca de meios para o enriquecimento ilícito. A eles não importa que, para tanto, tivessem de pisotear direitos, de espoliar as classes mais humildes, de instituírem economia predatória dos nossos recursos naturais e de tripudiarem sobre a Nação brasileira. Nunca tão poucos roubaram tanto, provocando forte concentração de rendas em mãos dessa minoria, em prejuízo de todo o povo.

A corrupção é a planta daninha dos regimes ditatoriais. Viceja e se expande, porque estimulada pelo amordaçamento dos meios de comunicação, e porque com a certeza da impunidade que resulta desse amordaçamento. A corrupção é como a raiz do sapé, que se alastra no subsolo do mundo dos negócios e do mundo da política.

A Nação assistiu, estarrecida, o General Ernesto Geisel impor, com respaldo no prepotente AI-5, o vergonhoso “pacote de abril”, em 1977, e, já, em 1978, ao fazer calar a oposição através da lei Falcão, afrontar-nos a todos, por descer do pedestal da Presidência da República, para viajar pelo País, na condição de camelo do seu partido. Se a Revolução de 1930 eclodiu, como altivo protesto contra os desmandos da oligarquia imperante na República Velha, teríamos de haver assistido dez revoluções de uma vez só, para acabar com as barganhas,

com as pressões sobre as consciências livres e com a compra ostensiva de apoios. Muitos governadores, - todos biônicos - o imitaram e fizeram escola.

A “Escola Geisel” prosperou. O Governo Ney Braga é significativo exemplo dessa prosperidade estranha, como o é o governo Maluf, em São Paulo. O Palácio Iguaçu funciona como um entreposto, para compra de políticos de todo o jaez. Alguns conseguem valorizar-se no ato da transação, mas a maioria está sendo arrematada a preços de liquidação.

Parece-nos muito esquisito com o Sr. Ney Braga haja paralisando a administração pública do Estado durante todo o seu primeiro ano de governo, sob a desculpa de falta de dinheiro. Estradas, pontes, escolas, hospitais não foram concluídos, por não haverem recursos. O povo não gostou, mas calou-se, à espera de melhores dias, para dar o troco, em 1982, com a eleição direta do novo governador.

De repente, o dinheiro aparece. As arcas do Tesouro do Estado ficam abarrotadas. O Sr. Ney Braga mentira para o povo, ao afirmar que não podia realizar obra alguma por falta de dinheiro, e o dinheiro existia, ou o dinheiro veio de emissões clandestinas na Casa da Moeda e dos odres de couro de Ali Babá e dos quarenta ladrões ... O fato é que o dinheiro está aqui, e que com ele, o Sr. Ney Braga está comprando Prefeitos, como os de Londrina e de Assis Chateaubriand.

Acho estranho que, no entreposto comercial do Palácio Iguaçu, só se faça compra e venda de consciências, enquanto as obras públicas continuam paralisadas, não obstante a sua importância e a sua utilidade para o povo.

Acho mais estranho ainda que são os Prefeitos bem-amados do Sr. Ney Braga aqueles que debandaram do PMDB. Receberam dinheiro a jorro, e promessas, - talvez nunca cumpridas, - de obras estaduais em seus municípios. Os Prefeitos da antiga ARENA, que têm sofrido as agruras de sustentarem um situacionismo estadual ineficiente e preguiçoso, um situacionismo pouco preocupado com os interesses do povo, estejam esquecidos e abandonados pelo Sr. Ney Braga, quando caberia a eles, de direito, todo o apoio e toda a assistência governamental. Como são “de casa”, não têm do governador a consideração e o respeito. A palavra de ordem é dar tudo para os inimigos de ontem, e duvidosos aliados de hoje.

Os Prefeitos ex-arenistas têm o dever de formarem uma frente única, e virem ao Palácio Iguaçu, para exigirem equidade no tratamento pelo recebimento de mais verbas, já que o governo do Estado nada em ouro, e pela execução de obras públicas estaduais também nos seus municípios. Devem fazer o Sr. Ney Braga compreender que dinheiro público é para ser aplicado em bem público, e não compra de gente que amanhã poderá estar se vendendo para outros.”

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de abordarmos o assunto que nos traz à tribuna, hoje, quero me congratular com o nobre Deputado José Domingos por ter trazido, aqui, um assunto que vem, efetivamente, afligindo principalmente as famílias de baixa renda: a exigência absurda do uso de uniformes nos estabelecimentos de ensino.

E numa próxima oportunidade, Sr. Presidente, iremos também juntar aos protestos do eminente Deputado José Domingos, um pronunciamento nosso em que vamos apelar à sensibilidade do Sr. Secretário da Educação para abolir, de forma definitiva, a obrigatoriedade do uso de uniforme. Porque, no meu tempo de estudante não tinha nem sapatos. Ia descalço à escola, sem uniforme, evidente. E aprendi a ler e escrever. Não é o uniforme que faz o bom estudante mas, aplicação e a qualidade do ensino ministrado.

Minhas congratulações ao nobre Deputado José Domingos. E, numa próxima oportunidade, iremos abordar esse assunto.

Nossa sessão de hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tem profundidade maior que o reinício dos trabalhos legislativos, porque a realidade política nacional é outra, desde que se instalou o recesso parlamentar.

Agora, nos reagrupamos não mais em partidos mas em blocos, embriões de um pluripartidarismo que já, desde há muito, se fazia imperioso para revigorar as instituições políticas brasileiras, de maneira a orientar uma sociedade aberta, pluralista, desejosa de assegurar o progresso dentro da liberdade.

Apontado a falar como Líder do bloco majoritário que dará consistência ao Partido Democrático Social, quero, nesta oportunidade e antes de mais nada, lamentar a ausência, no PSD, dos nobres Deputados da ex-ARENA: Paulo Camargo, Dácio Leonel e João Elísio Ferraz de Campos.

Lamentar porque, da convivência que tivemos pudemos aquilatar, efetivamente, o grande espírito público desses eminentes companheiros. As suas atuações aqui, na Assembléia Legislativa do Estado, sempre foram de molde a merecer o respeito de todos nós Deputados, e o respeito de todo o povo paranaense.

Lamentamos, mas a vida é assim, escolheram um outro Partido, cheios de idealismo, creio, desejosos de continuar servindo à comunidade paranaense, com o mesmo brilho, com o mesmo ardor, com o mesmo brilhantismo e, acima de tudo, com o mesmo patriotismo.

Desejo aos eminentes companheiros felicidades na nova agremiação por eles escolhida. Ao mesmo tempo, saúdo o novo companheiro, nobre Deputado Nelson Buffara, que veio abri-lhantar a representação do Partido Democrático Social, nesta Casa.

Também é uma figura sobejamente conhecida e que tem dado uma contribuição inestimável ao povo do Paraná.

O companheiro, Deputado Nelson Buffara, certamente como nós, viu na ação do PSD, na plataforma que já divulgou e onde realça a disposição de chegar ao poder pelo voto, como melhor caminho para os anseios de harmonia, liberdade e bem estar da Nação. Talvez também sejam esses os ideais que levaram inúmeros Prefeitos do Paraná, a engrossar as fileiras do Partido Democrático Social, não pelos motivos que levianamente afirmou o Deputado que me antecedeu na tribuna, e digo - levianamente -, porque ele jamais poderá provar que esses homens que escolheram, num pluripartidarismo, um Partido que não o dele, ou houvessem sido comprados.

Leviano, caluniador, irresponsável. Ontem, atirava pedras no ex-Governador Jayme Canet Júnior, talvez um dos maiores da História do Paraná. Hoje, filiado ao seu Partido, não é mais um Governador "casca de ovo" como ele irônica e senvergonhosamente tratava aqui o ex-Governador Jayme Canet Júnior.

Leviano, mentiroso e audacioso ao afirmar que o eminente Governador Ney Braga está usando dinheiro dos cofres públicos para compra de prefeitos e parlamentares. Jamais sustentará uma tese tão leviana num Tribunal ou dentro da sua própria consciência, porque Ney Braga tem um passado neste Estado, um passado de honra, tradição de trabalho nunca desmentidos.

Pode-se falar tudo de Ney Braga, mas jamais que ele tivesse usado o dinheiro do povo senão em benefício do próprio povo.

Nós não aceitamos. A bancada do PDS não aceita a levianidade do Deputado que nos antecedeu na tribuna e refuta as suas acusações e devolve ao acusador. Talvez o preço que ele tivesse imposto não tivesse sido aceito, para se filiar ao nosso Partido. Por isso vem cheio de mágoas, cheio de rancor assacar contra a honra de um homem público ilustre por todos os títulos, que já teve uma folha de serviços prestados ao Estado

do Paraná invejável, inatacável.

O Sr. Edilson Alencar — Permite um aparte, Vossa Excelência?
O SR. ERONDY SILVÉRIO — Já permitirei o aparte embora Vossa Excelência nem o mereça porque Vossa Excelência foi caluniador, assacou contra a honra de um homem de bem. Vossa Excelência não tem condições de dialogar com gente civilizada, porque Vossa Excelência caluniou, injuriou, assacou inverdades, não só contra um Partido que tem os ...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — ... tem os melhores propósitos de servir à democracia e ao povo brasileiro, mas contra um homem que já deu metade de sua vida a esse Estado, sem jamais ter se servido do Poder, mas só servindo ao Poder público.

Por isso não concedo o aparte a Vossa Excelência nesta oportunidade. Quero primeiro terminar o pronunciamento que me trouxe à tribuna na tarde de hoje, aí então, darei quantos apartes Vossa Excelência queira.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte?
O SR. ERONDY SILVÉRIO — Já darei o aparte a Vossa Excelência.

Queremos lembrar aqui o item do Manifesto do PDS que trata do campo político, onde diz considerar o Legislativo a maior das criações dentro das instituições liberais.

Suas prerrogativas estão acima de quaisquer outras, até porque são derivadas diretamente da soberania do povo. Porque entendemos assim também, nós homens que escolhemos o PDS, que as nossas prerrogativas sobrepõem quaisquer outras, porque elas vêm do povo. Consideramos redobradas nossas responsabilidades neste momento que se nos oferece de participar na organização de partidos políticos.

A capacidade de ordenar novos mecanismos para realizar um Estado liberal, servindo de intermediários entre o povo e o Governo. Este é o desafio dos homens do PDS, que nós estamos dispostos a enfrentar. Este novo agrupamento em partidos, diferentes do contra ou a favor que tínhamos até agora. Processou-se como submissão livre e idealista, sem imposição de nenhuma disciplina autoritária. Será nossa responsabilidade, dar consistência a essa nova realidade, tratando de dar aos nossos futuros partidos estrutura ascendente, vindo de baixo para cima, enquadrando não apenas os eleitos mas principalmente o eleitorado. Não será uma tarefa fácil nós sabemos disso, a grande massa não se sensibiliza por elacubrações institucionais, e como se poderia esperar filosofia diferente nos dias difíceis que vivemos.

Por isso, entendemos correta a postura do Partido Democrático Social, queremos integrar eu e meus companheiros nesta Casa. É profundamente comprometida com o real, com o nosso momento histórico, com as aspirações da Nação. É reformista, mas sem algemas dogmáticas ou ideológicas, uma organização capaz de gerar poder e administrar o poder, isto que magoa e que fere os nossos adversários, porque é capaz de administrar o poder. É de se condicionar a vontade da Nação chamando todos os brasileiros à participação, dentro de uma agremiação moderna, aberta, democrática, que luta pelo homem em sua dimensão humana e em sua dimensão social. Democrático porque aberto, admitindo o voto popular como única fonte do poder social, por defender não apenas liberdades subjetivas mas os direitos e garantias contra a fome, o medo, as doenças, o desemprego, a miséria, o abandono, a justiça social enfim.

Não há mais porque duvidar, que está em implantação no País uma democracia plena, como jurou o Presidente Figueiredo, a completa liberdade de expressão. Punidos de antes, já se reintegraram na vida política e arregimentam partidos. O trabalhador delibera e faz greve, as prisões estão vazias de presos políticos e o próprio Governo propõe agora ao Congresso Nacional, eleições diretas para Governador e a extinção dessa excrescência que é o senador biônico. Acreditamos, que nesse

roteiro de reforma e transformação o PSD será por muito tempo o impulsionador mais vigoroso pelo manifesto já dado a conhecer a toda Nação, ficou claro que o Partido Democrático Social não fará concessão à acomodação pretendendo reformas capazes de estabelecer uma ordem mais justa. Pretende garantir a todos os direitos humanos, fundamentais, punindo quem violar liberdades, defender a iniciativa privada porque é a essência do nosso regime, principalmente da empresa nacional, uma atenção maior às pequenas e médias empresas, combatendo os conglomerados, defendendo as minorias.

Propõe prioridade à agricultura e à pecuária, objetiva democratizar o crédito e evitar o gigantismo do sistema financeiro. Preocupa-se com o pequeno investidor, com o consumidor, formula soluções para a crise energética, defende medidas de proteção aos menores carentes, migrantes, posseiros, favelados, índios e outros grupos minoritários destituídos de condições satisfatórias de vida. Reconhece o direito de greve, a garantia de liberdade sindical, a necessidade de seguro-desemprego, a participação do trabalhador no lucro das empresas e igualmente de sua gestão, que é o mais importante. Vê no acesso à educação o caminho de preparar todos para o exercício da vida social e política. Promove a cultura, manifesta-se sobre o lazer, as condições de vida, a política habitacional, a prevenção e o combate à poluição.

O PSD, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, lutará, portanto, pelo homem inteiro, em sua dimensão política, social e espiritual. Outros não serão, por certo, os objetivos das demais agremiações partidárias.

Embora os caminhos propostos possam ser outros, mas a oposição só faz mais vigorosas as instituições políticas e ao seu papel endereçamos respeito, respeito quando ela se faz por respeitar. Porque almejamos diálogo, mútuo esclarecimento, jamais assacamento de inverdades, de injúrias e de calúnias.

Isto é o que não podemos aceitar. Respeitamos a oposição, porque ela revigora as instituições democráticas. Aceitamos o diálogo mútuo, aberto, cordial, amigo, mas de outra forma, repeliremos com vigor.

Estas, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, eram as considerações que entendíamos importante fazer, no momento de saudação a novos companheiros, reinício de trabalhos e tomada deste ato de fé política que é escolher e formar um partido.

E pedimos vênias para fazer nossas, da bancada do PSD, as palavras finais do manifesto deste novo Partido, para cuja profundidade pedimos a meditação de todos, principalmente dos eleitores.

"A democracia é um regime que não trabalha dentro de verdades absolutas, nem com fórmulas perfeitas. Nós que defendemos o Governo, não podemos defender a verdade absoluta, não podemos defender fórmulas perfeitas. A política é uma dinâmica que se transforma no tempo e no espaço".

Foi esse o espírito de adaptação que fez com que idéias liberais chegassem até nossos dias, como a única proposta de vida, capaz de realizar a busca da felicidade.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Agradeço ao nobre Deputado Erondy Silvério, e quero cumprimentá-lo pelo registro que faz neste momento, de tópicos do programa do nosso Partido, programa esse que vem atender aos anseios do povo brasileiro. E por esse programa haveremos de lutar para que ele seja cumprido e que seja dado atendimento àquilo que tanto espera o povo brasileiro.

Mas, nobre Deputado, a calúnia que Vossa Excelência acaba de responder, feita pelo Deputado que antecedeu Vossa Excelência na tribuna, eu comentava na minha campanha política, que quando se faz alguma coisa em favor do povo, aquele que trabalha não sobra tempo para criticar ninguém, porque está trabalhando. Mas a calúnia, de onde veio, era de se esperar.

Há pouco tempo nós ouvimos críticas ao grande Governador que o Paraná teve, Jayme Canet Júnior, do qual hoje, não podendo mais criticar, volta a criticar o nosso Governador atual, Ney Braga, que pode ter as suas falhas políticas, como todos nós temos; mas jamais poderemos permitir qualquer coisa contra a sua honestidade, a sua honradez pelo trabalho desenvolvido ao Paraná e ao Brasil, em todas as funções que ocupou.

Mas, nobre Deputado, quero fazer um registro, com referência ao pronunciamento do nobre Deputado José Domingos, sobre uniforme.

Por coincidência, eu me encontrava na Secretaria de Educação, quando chegava uma reclamação da mãe de um aluno, de que foi proibido o aluno de entrar no estabelecimento, e vou dizer o nome até, Lino Pichetti, porque estava com o tênis de outra cor. O Secretário imediatamente mandou que ligasse à Diretora, tomando providências para que entrassem até com qualquer sapato que fosse, porque ele havia feito um pronunciamento dizendo que não havia exigências de uniforme. O outro absurdo, esse número de folhas de cadernos para um aluno de terceiro ano. Mas, posso afirmar a Vossa Excelência, que o Sr. Secretário da Educação é inteiramente contrário à essa medida. E é preciso que se denuncie, para que estes estabelecimentos que não estão seguindo à risca as determinações do Secretário, entrem na linha.

Mas, posso afirmar a Vossa Excelência, que o nosso pensamento coincide com a intenção do Sr. Secretário da Educação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Adalberto Daros — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado Erondy Silvério, escutei com atenção, o que já havia lido: a vontade do PDS, através do seu manifesto, através do seu programa.

Tomara, Deputado Erondy Silvério, que um Deputado de São Paulo, chamado Erasmo Dias, não tenha razão, quando disse, quando lhe foi perguntado sobre o programa do PDS, considerado por muitos avançado, em função de todos esses anos de arbítrio, ele dissera que programa de Partido dele, do PDS, vem como o manifesto, era para apenas registro no Tribunal Superior Eleitoral, para que se colocasse numa gaveta.

Não acredito que isto vá acontecer. Quero somente deixar este registro, alertando e deixando bem claro nesta Casa, de que as atitudes tomadas pelas diversas bancadas nesta Casa, que vão de encontro, que não se encontrem com o programa estabelecido, do Tribunal Superior Eleitoral, nós naturalmente, tomaremos a atitude que acharmos necessária na hora, ao rebater e até a demonstrar ao Deputado que assim fizer, de que neste novo compromisso, em que há esta abertura em termos de política brasileira, há de se entender que neste Poder existem pessoas sérias, que assinarão esta declaração de apoio ao seu partido e ao seu estatuto, ao seu programa, que deverão, com honradez, cumprí-lo; caso contrário, nós iremos, desta tribuna, denunciar, de que não faz parte de um partido sério, como eu acredito que serão os partidos brasileiros. Porque vem de encontro à idéia da maioria, daqueles que querem o benefício, não só para este Estado, mas também para que vejamos daqui há algum tempo, uma melhoria, melhoria esta sonhada por todo o povo brasileiro.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Erondy Silvério, quero me parabenizar com o seu pronunciamento hoje, que na verdade a filosofia e o ideário do nosso partido político, o Partido Democrático Social.

Creio que Vossa Excelência faz bem ao assumir a tribuna para estabelecer as regras do comportamento de nossa bancada. É chegada a hora de dizer um basta às suspeitas de calúnia, que parece que nesse Estado estão se tornando o bastante para a prova da difamação.

A bancada do PDS, sob sua liderança, e o Partido, não haverão de aceitar um momento sequer, acusações contra homens do nosso Partido.

Todos nós entendemos que cada político, que cada ser humano, tem direito de manifestar-se, de mudar de posição, frente ao novo rumo político que o Brasil enfrenta, as posições que a sua consciência e os seus companheiros lhes determinarem.

Não vamos aceitar, num momento sequer, que sobre a nossa bancada se lance suspeitas de qualquer ordem. Pedimos, apenas, o mesmo respeito que devotamos aos nossos adversários de outros partidos. Caso este não seja o comportamento da Casa, coloco-me desde já à disposição de Vossa Excelência, em fazer a defesa dos nossos Companheiros e enfrentar a discussão, no nível em que ela se colocar.

E peço aos eminentes Parlamentares dos outros partidos que tenham em mente que, neste momento em que caminhamos para a democracia total, democracia em que tantos não acreditavam, e que o Presidente Figueiredo disse tão bem, que foi tão incompreendido em sua mensagem e que, hoje, os homens da Oposição passam a acreditar na emenda que irá restabelecer a eleição direta para governador e o fim dos senadores biônicos, da triste figura dos senadores biônicos. Neste momento, é preciso que os políticos tenham consciência da grandeza do momento e que não nos ataquemos mutuamente. Porque, na medida em que isso ocorrer, estaremos, na verdade, desprestigiando os Parlamentos, desprestigiando os políticos, que são os pilares da democracia.

Se quisermos uma democracia forte, representativa de nosso Estado, é preciso que, como condição "sine qua non", haja entre nós, os Parlamentares de qualquer Partido, respeito e autenticidade.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Obrigado a Vossa Excelência. Concedo aparte ao nobre Deputado Edilson Alencar.

O Sr. Edilson Alencar — Nobre Deputado, a minha formação não permite usar, para com Vossa Excelência, o mesmo tratamento...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência é um moço muito educado. Chama o Governado do Estado de ladrão e bota banca de educado aí,

O Sr. Edilson Alencar — Apenas respondendo a Vossa Excelência, devido a exigüidade do tempo, devo dizer a esta Casa e ao Paraná que os Prefeitos da antiga ARENA, que têm sofrido as agruras de sustentarem o situacionismo, neste Estado, estejam esquecidos agora e abandonados pelo atual Governador do Paraná.

Dizia que o Governo deste Estado valoriza, e muito, os homens do PMDB, os homens do ex-MDB. Então, é bom que se diga, nesta Casa, que é preferível neste Estado, ser Prefeito da Oposição, pois pelo menos tem preço. Ao passo que os Prefeitos da ARENA não têm merecido a atenção do Governo.

Parece que para o Governo deste Estado, os Prefeitos da ex-ARENA nada valem, porque nem preço têm.

Por esta razão, nobre Deputado, era nossa crítica realista que fazíamos, nesta Casa, neste dia.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, gostaria que Vossa Excelência me devolvesse a palavra, para fazer uma observação: o nobre Deputado está colocando o posicionamento dos políticos e dos homens públicos deste Estado no mesmo nível dos mercadores, dos donos de supermercados, dos feirantes, porque faz diferença dos que têm preço e dos que não têm.

Perguntaria então, ao nobre Deputado, qual foi o preço que lhe foi pago para mudar de partido? Porque Sua Excelência

coloca os homens públicos no mesmo posicionamento dos mercados.

O Sr. Edilson Alencar — O Partido Popular, nobre Deputado, não está comprando ninguém.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está com a palavra o nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, lamentavelmente, interromperei o aparte do nobre Deputado, até que ele reconsidere o conceito que ele está fazendo de todos os homens públicos do Paraná, de todos, porque ele está nivelando, está no mesmo plano de igualdade: os que têm preço e os que não têm preços.

Eu queria saber como ele faz essa distinção. Eu devolvo o aparte a Vossa Excelência, para que me explique isto, porque ninguém entende o seu raciocínio. Não existe mais partidos. Houve uma reformulação partidária. Extintos os ex-Partidos, os homens públicos que detêm mandatos, os que fazem política porque gostam da política têm ampla liberdade de escolha. Vossa Excelência não pode, jamais, criticar um homem que tenha feito uma opção por uma agremiação partidária.

O Sr. Edilson Alencar — Barganha.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência não fala, age irracionalmente. Vossa Excelência sabe, como Deputado, que o Governador não pode pegar dinheiro público como Vossa Excelência acusa, para comprar prefeitos, para comprar adeptos ao seu Partido.

Existe um Tribunal de Contas. Vossa Excelência está se consultando com um assessor aí? Vossa Excelência está se assessorando. Eu estou no debate com Vossa Excelência: não precisa se assessorar com ninguém.

Gostaria que Vossa Excelência, como Deputado, me dissesse qual é a fórmula desconhecida pelo Tribunal de Contas, para o Governador tomar mão do dinheiro público e comprar um prefeito, comprar um deputado, comprar um adepto para o seu partido.

Vossa Excelência só falou bobagens. Desculpe-me, mas Vossa Excelência agiu irracionalmente, não se comportou como Deputado.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, gostaria que Vossa Excelência me inscrevesse em Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa já faz a inscrição de Vossa Excelência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente firmado pelos Srs. Deputados Adalberto Daros e Domício Scaramella, nos seguintes termos. (Lê):

"Os Deputados que este subscrevem, na forma do Art. 3.º e seu parágrafo único, da Lei nº 6767, de 20 de dezembro de 1979, têm a honra de comunicar à egrégia Mesa, que se constituem em Bloco Parlamentar, sob a denominação de BLOCO PARLAMENTAR TRABALHISTA, de acordo com os dispositivos legais e regimentais que disciplinam e outros que eventualmente vierem a disciplinar a matéria.

Curitiba, 03 de março de 1980".

—Ao Departamento Legislativo para os devidos fins.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Valduga,

constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.**
Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.**
Ao Departamento Legislativo.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, devidamente apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 46/78, de autoria do Deputado Francisco Escorsin, que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública o "Serviço de Amparo e Recuperação do Indigente e Assistência Social - SARIAS", com sede nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 46/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública, o "SERVIÇO DE AMPARO E RECUPERAÇÃO DO INDIGENTE E ASSISTÊNCIA SOCIAL — SARIAS", com sede à Rua da Glória, 355, na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1978.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

JUSTIFICATIVA:

O Serviço de Amparo e Recuperação do Indigente e Assistência Social - SARIAS, é uma instituição com finalidades de promover o bem estar individual ou da família, sem distinção política, religiosa, prestando assistência econômica e social, combatendo a indigência e promovendo a recuperação das pessoas realmente necessitadas.

Pelo exposto, conforme estatuto anexo, esperamos a aprovação do plano de lei em pauta.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 46/78

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Francisco Escorsin, o presente projeto de lei tem por finalidade declarar de utilidade pública o "Serviço de Amparo e Recuperação do Indigente e Assistência Social - SARIAS, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual, reguladora da matéria.

Diante do exposto, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; José Tavares, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 111/79, de autoria do Deputado Cyro Martins, que declara de utilidade pública a "Associação Esquadrão da Vida de Ponta Grossa", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 111/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO ESQUADRÃO DA VIDA DE PONTA GROSSA", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 1979.

(a) CYRO MARTINS

JUSTIFICATIVA:

A Associação Esquadrão da Vida de Ponta Grossa, de caráter filantrópico, tem como objetivo a recuperação de pessoas viciadas em tóxicos, alcoolismo e vítimas da prostituição.

É o fundamento da apresentação deste projeto de lei.

Fundada em 23 de outubro de 1978, vem a entidade desenvolvendo um trabalho meritório, para a reintegração à sociedade, de pessoas viciadas.

Dentro dos objetivos apresentados através da ata que registrou a primeira Assembléia de Instalação, através dos estatutos que regem a sociedade, e através dos resultados já obtidos, a "Associação Esquadrão da Vida de Ponta Grossa" apresenta nesta Casa de Leis, como uma entidade lutadora por salvar tantos e tantos que se entregaram e se entregam ao vício.

Na sociedade de hoje, os jovens envolvidos por tóxicos, têm-se constituído numa preocupação constante para com seus responsáveis, e o trabalho que desenvolve a entidade mencionada, é digno de todo o apoio dos representantes do povo nesta Assembléia Legislativa.

Diante do exposto acima, temos a certeza de contar com os nobres Deputados estaduais para a aprovação deste projeto de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 111/79

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Cyro Martins, o presente projeto tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Associação Esquadrão da Vida de Ponta Grossa".

Analisando-se a matéria através de sua justificativa e documentação que a acompanha, temos que a entidade que ora se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos previstos pela legislação estadual reguladora do Instituto da Utilidade Pública (Lei nº 6994, de 10/01/79).

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Luiz Alberto Oliveira, Relator

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Barbosa Skolimouski, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Cirico, ocorrido em Cascavel. — **Aprovado.**
Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Mesias, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Gilson Marques, ocorrido no Município de Palmital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Oberdine, ocorrido em Palotina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo

falecimento da Senhorita Juceley Mayer. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do menor Márcio Pinheiro de Araújo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Takao Momose, ex-Presidente da Colônia Japonesa de Terra Roxa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual, Antônio Constâncio de Souza. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Jurema Pompeo Miguel, ocorrido em Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Waldemar Alves Nogueira, ocorrido em Jussara. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Deputado Federal Arnaldo Faivro Busato. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Anselmo Fogliato. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Eugênia Itiberê da Cunha, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 17.º aniversário de fundação do jornal "Diário Popular". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando a constituição de uma comissão composta de Srs. Deputados para representar este Poder Legislativo na posse do Senhor Antônio Luiz de Souza Rocha. — Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo que o traçado da estrada que será construída até o Distrito de Nossa Senhora da Aparecida Município de Capitão Leônidas Marques passe pelo Distrito de Ibiracema. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário dos Transportes e Diretor do DER, encarecendo a efetivação da ligação asfáltica dos trechos Cafelândia - BR-369, e Cafelândia a Nova Aurora. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretário dos Transportes e Diretor Geral do DER, encarecendo a retificação e ensaibramento da estrada que liga a BR-277 a Campo Bonito, Sertãozi-

nho em Guaraniaçu, e diversas localidades. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de apelo, no sentido de que se gestione ao egrégio Tribunal de Justiça seja criada a Comarca de Mamborê. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado em forma de apelo no sentido de que gestione junto ao Tribunal de Justiça do Estado, seja elevada à 2.ª Entrância a Comarca de Pitanga. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao egrégio Tribunal de Justiça, em forma de apelo no sentido de que seja elevada à 2.ª Entrância a Comarca de Pitanga. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Tribunal de Justiça, em forma de apelo, visando a criação da Comarca de Mamborê. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Chefe do 9.º Distrito Rodoviário Federal, encarecendo a construção de viaduto na BR-368, km. 19. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da crônica redigida pelo jornalista Emir Sfair, do jornal "O Paraná", de Cascavel. — **Aprovado.** — (A crônica acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezzi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo providências para recuperação da pavimentação da estrada que interliga os Municípios de Nova Londrina - Itaúna do Sul e Diamante do Norte. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Conselho Monetário Nacional, sugerindo medidas em favor do preço mínimo do trigo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando voto de aplauso à Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado, pela promoção do Fórum sobre a questão fundiária brasileira. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Ministros do Planejamento, da Fazenda e da Agricultura, visando a fixação do preço mínimo do trigo. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação visando a implantação da uniformização do material escolar. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornal "Diário Popular", pela passagem de mais um aniversário de fundação. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, em forma de apelo, no sentido de que o Município de Quitandinha seja indi-

cado como sede de Comarca. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para falar em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não tendo sido possível concluir o nosso pronunciamento, e depois da fala do Deputado Erondy Silvério, obrigome a voltar, para novamente dizer a esta Casa e ao Paraná, que muita coisa errada acontece neste Estado.

Dizia que o Governador deste Estado tem procurado desumanamente, tratar os seus amigos de ontem. E em contrapartida, beneficiar os seus inimigos de ontem e os duvidosos amigos de amanhã.

Gostaria de, ao iniciar, lembrar que o Governador desse Estado, tem dito aos Prefeitos do Paraná, que pouco podem fazer administrativamente em benefício dos Municípios do Estado, por falta de recursos, por falta de dinheiro. Não é verdade, Sr. Presidente, não é verdade, Srs. Deputados.

O Palácio Iguaçu, o Governo Ney Braga, está nadando em dinheiro. Dinheiro de sobra; não para fazer bem à população deste Estado, não para continuar as obras paralizadas; não para construir escolas, pontes, mas para comprar consciência, comprar apoio e fazer barganhas.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado, acho que Vossa Excelência tem muita razão em lutar, em trabalhar pelo bem estar de sua terra e de sua gente. Agora, o que acho, é que deveria dentro da nossa amizade, dentro do nosso convívio aqui na Assembléia, é que Vossa Excelência rememorasse os atos do Sr. Governador Ney Braga. Não tem feito nada mais do que procurar acertar, trabalhando como Canet trabalhou. Como Canet foi criticado por Vossa Excelência, desta tribuna, e hoje é seu companheiro, um grande homem que merece o nosso crédito.

Mas Ney Braga é o homem que está aplicando o dinheiro do povo, e ele não está comprando ninguém. Apenas ele está mostrando o caminho que nós devemos tomar, os paranaenses que querem bem a sua terra e a sua gente.

Porque eu sou amigo pessoal de Jayme Canet. Como Deputado com assento nesta Casa eu nunca fui procurado por Ney Braga para me corromper. Como houve diversos companheiros que foram de livre e espontânea vontade para o Partido de Ney Braga. Porque vemos nele um homem que está de braços abertos, como está o Presidente Figueiredo.

Pediria a Vossa Excelência que reformulasse o seu pronunciamento. Que olhasse com tranquilidade, com o carinho que Vossa Excelência tem, para que não continue errando, porque Vossa Excelência, Deputado Edilson Alencar, companheiro dos legítimos, que luta por seu povo, por sua terra e por sua gente; há oito meses Vossa Excelência criticava a casca de ovo de Jayme Canet. Hoje Vossa Excelência vem à tribuna criticar Ney Braga. E nós continuamos com Canet, continuamos com Ney Braga, admirando a obra deste grande Governador que foi Jayme Canet, indicado pelo Governador Ney Braga. E conhecendo Ney Braga como conhecemos, tivemos a satisfação de ser adversário e seu companheiro. E olhando para o prisma político do Paraná olhando o Paraná e sua gente, os grandes Prefeitos que aderem à causa paranista, não é causa de Ney Braga, não é causa de Alencar Furtado, nem de Edilson Alencar, nem de Gabriel Manoel, a causa é do Paraná.

Ney Braga precisa de tranquilidade para governar o Estado, precisa que este Deputado pujante se projete no conserto da Nação brasileira, unido com Prefeitos que Vossa Excelência ajudou a eleger, que o Paraná ajudou a eleger.

Ney Braga não pede outra coisa a não ser o apoio e a tranquilidade, tanto da Situação como da Oposição.

Fomos, como Vossa Excelência sabe, chamados aqui de

girassol. Mas estamos numa linha só. E queremos que Vossa Excelência não seja criticado como fomos. Queremos que Vossa Excelência comungue conosco, embora não tenha querido comungar há seis meses atrás, quando chamava as estradas de Jayme Canet de "casca de ovo", porque, amanhã ou depois, estejamos Vossa Excelência, Ney Braga e eu, no mesmo palanque.

Então, para darmos pelo menos um voto de confiança ao homem como Ney Braga, com um passado honrado, eu me permitiria a solicitar a Vossa Excelência que pare com seus ataques.

O SR. EDILSON ALENCAR — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, aparte educado.

Porém, não poderia deixar de contrariá-lo.

Acontece que temos percorrido o Paraná, mais de 50 municípios. Temos visto, temos ouvido e temos sentido, a grande insatisfação dos atuais Prefeitos deste Estado. Prefeitos que estão sendo marginalizados, abandonados e esquecidos, enquanto inimigos estão sendo beneficiados, aplaudidos e, não sei se iludidos.

Tenho percorrido este Estado e observado que a corrupção está, realmente, implantada aqui.

Assis Chateaubriand, por exemplo, dizia-nos o seu Prefeito, que iria receber, a Fundo Perdido, 70 milhões de cruzeiros. Duvido, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A ilusão, o malabarismo, atraiu para o PDS o Prefeito de Assis Chateaubriand.

Mas, duvido que tenha atraído a população laboriosa e honrada daquela terra.

Há poucos dias, nesta Casa, assistimos o Governador do Estado a prestar contas do seu primeiro ano de governo. E para que não paire dúvidas na consciência deste Deputado, para que eu me tranqüilize, amanhã, possivelmente, entrarei nesta Casa com um pedido de informações para saber, do Governo do Paraná, em que lugar, onde, quanto custou, onde foram construídas 1.986 salas de aula. Não estou duvidando da honestidade, da sinceridade do Governo. Apenas, para desencargo de consciência, para minha tranqüilidade, gostaria de saber quais os municípios que foram beneficiados com salas de aula, com rede de telefonia. Porque, prefeito nenhum, pelo menos dos cinquenta municípios por onde andei, recebeu salas de aula, nem implantação de rede telefônica.

Mas, para minha tranqüilidade, gostaria de perguntar ao Governo, e sei que ele irá me responder, quais os municípios beneficiados com as melhorias programadas, com os benefícios levados à população paranaense.

Sr. Presidente, Srs. Deputados...

O Sr. Quíelise Crisóstomo — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. EDILSON ALENCAR — Já concederei.

Respondendo ao Deputado Erondy Silvério, que deixou dúvida na minha condição política, dizendo ele que fui para o Partido Popular porque também tive um preço.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Fui para o Partido Popular Livre e com a consciência altaneira, porque antes percorri a minha região e fui ouvir os meus companheiros, os vereadores e as lideranças daquela terra.

O Sr. Aírton Cordeiro — Peço um aparte a Vossa Excelência.

O SR. EDILSON ALENCAR — Por essa razão é que nós discordamos das afirmativas mentirosas, inidôneas do Deputado Erondy Silvério que parece que, para não ouvir a nossa fala, fugiu do Plenário.

Concedo aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Quíelise Crisóstomo — Nobre Deputado, quem semeia vento, colhe tempestade.

Vossa Excelência talvez fosse um dos poucos parlamentares que pudesse usar da tribuna nestes termos. Quem não sabe dos fenômenos políticos do Paraná, olharia para Vossa

Excelência hoje, como um Deputado imutável, aquele que está na posição que iniciou. Vossa Excelência vem atacar políticos que retomaram posições, a exemplo de Vossa Excelência, como se fosse um verdadeiro crime.

Atacar prefeitos? Por que só prefeitos? Não foram somente prefeitos que retomaram posições, deputados também a exemplo de Vossa Excelência, vereadores, líderes políticos. É uma nova fase política da Nação brasileira e nós não gostaríamos de fazer os ataques que Vossa Excelência está fazendo a si próprio, diga-se de passagem. Vossa Excelência faz um memorável ataque a si próprio aqui da tribuna, atacando aqueles que mudam de posição por ofertas. O Deputado Erondy Silvério não disse que Vossa Excelência recebeu dinheiro. Ele apenas perguntou a Vossa Excelência qual foi o seu preço, já que Vossa Excelência estabelecia um preço para cada político que mudava de posição, ou será que Vossa Excelência não mudou de posição?

O SR. EDILSON ALENCAR — Não, não mudei.

O Sr. Quielise Crisóstomo — Vossa Excelência continua no MDB?

O SR. EDILSON ALENCAR — Continuo fiel à Oposição.

Trair partido eu estaria se estivesse no PDS, comungando com os desmandos, com as omissões.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - (Faz soar os tímpanos).

A Mesa informa ao nobre Deputado que o tempo de Vossa Excelência na tribuna está esgotado, entretanto, se o nobre Deputado desejar, conforme o Regimento, a Mesa pode conceder mais 15 minutos.

O SR. EDILSON ALENCAR — Eu concluo, Sr. Presidente.

Concluo dizendo o seguinte: Estaríamos realmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados ...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa lhe concede mais 15 minutos.

O SR. EDILSON ALENCAR — Estaria, Sr. Presidente, faltando com a lealdade ao povo do Paraná, ao povo da minha cidade, ao povo da minha região, se estivesse na condição de opositorista que como sempre fomos, deixado a oposição e ingressado na sombra do Governo.

Mas continuamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, contrariando o sistema político vigente neste Estado e neste País.

Opomo-nos à política econômica que concentra rendas e distribue a miséria.

O Sr. Quielise Crisóstomo — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. EDILSON ALENCAR — Aí sim nós estaríamos faltando com a lealdade ao povo do Paraná. Mas, continuando, se eu abandono a Oposição ...

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. EDILSON ALENCAR — Concedo o aparte, pela ordem, como Vossa Excelência já falou, ao nobre Deputado Airton Cordeiro.

O Sr. Quielise Crisóstomo — Muito obrigado. Eu estava ainda no aparte, quando a campanha me interrompeu, eu só queria concluir por obséquio, se por ventura mereça a atenção de Vossa Excelência. Só para dizer o seguinte, nobre Deputado.

Parece que uma grande amargura está no seu coração, mas o exemplo talvez que Vossa Excelência indiretamente está fazendo a citação de maneira parabólica, é sobre algum prefeito talvez até de Assis Chateaubriand, não sei, que tivesse mudado de posição contra a sua vontade. Quem deu o exemplo de mudança em Assis Chateaubriand foi o Deputado, não foi o Prefeito. O Prefeito apenas não coincidiu com a vontade do Deputado, foi para um outro destino. Mas, a iniciativa de mudança de posição foi do Deputado, não foi do prefeito.

E, a exemplo dele, também Vossa Excelência tem catequizado, e eu, neste ponto, parabeno Vossa Excelência que

tem conquistado, a exemplo de Icaráima, Vossa Excelência conquistou elementos da antiga ARENA para o seu partido. No entanto, não vou acusar Vossa Excelência que os tenha comprado. Mas, em continuando no seu raciocínio no sistema do pronunciamento que Vossa Excelência defende da tribuna, Vossa Excelência vai dizer ao Paraná que os companheiros todos foram comprados, e mais do que isso, vai responder a pergunta de Erondy Silvério, vai dizer o preço que teve Vossa Excelência ao mudar de partido, que Vossa Excelência está categoricamente afirmando que só se muda de posição por um preço. Então diga, antes de continuar o seu pronunciamento, qual foi o seu preço, nobre Deputado? Para que nós todos saibamos, porque sabemos que Vossa Excelência fez severos ataques a Jayme Canet, e hoje, está com ele. Já insinuou que está com ele porque o povo do Paraná o levou a essa atitude. Vossa Excelência foi um pouco prematuro em mudar de posições, porque deveria aguardar o final de Governo de Ney Braga, talvez lá, Vossa Excelência também tenha que mudar de posição se vier a acompanhar a opinião do povo do Paraná.

Então, Vossa Excelência deveria ser mais cauteloso nas mudanças já que Vossa Excelência muda de acordo com a opinião do povo. Veja o que estão fazendo os prefeitos do Paraná, estão indo com Ney Braga, quem sabe amanhã Vossa Excelência, como disse o Deputado Gabriel Manoel, também estará com Ney Braga, onde esteve sempre Jayme Canet, onde estivemos nós todos sempre. Só que nós permanecemos e Jayme Canet houve por bem mudar de uma posição, iniciativa sua, e nós, vendo Vossa Excelência com Canet, vemos em melhor posição do que estava antes, vejo com bons olhos, Vossa Excelência com Jayme Canet está agradecendo ao Paraná, mas agradecendo ao Paraná uma obra de Ney Braga, porque Jayme Canet também é uma obra de Ney Braga.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. EDILSON ALENCAR — Vossa Excelência equivocou, nobre Deputado, quando diz que nós mudamos de partido. A nossa lealdade ao MDB, a nossa lealdade à Oposição sempre esteve presente, sempre perdurou, sempre existiu enquanto existia os partidos ARENA e MDB. Jamais fugimos a esta responsabilidade e a esta lealdade. No entanto, nobre Deputado, a nossa lealdade extinguiu, quando extintos foram os partidos políticos. Vemos outras opções, mas a nossa, Sr. Deputado, jamais poderíamos ter saído do MDB ingressado no PSD. Jamais, porque aí estaríamos sendo incoerente comigo mesmo, mas não, não fiz barganha, não fiz permuta, não pedi região, não pedi município. Apenas, fui ouvir minha base eleitoral, percorri as regiões, porque acredito que nós políticos do Paraná, precisamos estar juntos com as nossas bases.

Temos, Sr. Deputado, que ouvir os nossos companheiros, jamais poderemos nos impor a algum vereador do interior o nosso partido político.

Acho mesmo que nós é que devemos acompanhar os homens que nos sustentaram e que nos mandaram para esta Casa.

Esta é a razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, da nossa posição. Mas sempre fomos de oposição e sempre estaremos na oposição. Culpa não temos de ter tido adesão de Jayme Canet e acredito mesmo que a vinda do ex-Governador para a oposição veio realmente ratificar o sonho do Paraná, de um dia mudar a estrutura arcaica, podre, vil, que impera neste Estado e nesta República. Haveremos de um dia, fortalecidos com opiniões de todos os lados, de homens conscientes, do pobre e do rico, do negro e do branco, do católico e do evangélico, nós haveremos de um dia mudar esta estrutura com o apoio dos homens conscientes deste Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, para concluir gostaria de finalizar passando para o Deputado Valduga, o final do nosso pronunciamento.

O Sr. Valduga — Nobre Deputado, acho que nós estamos per-

dendo muito tempo em falar quem mudou, quem não mudou. Ninguém mudou. Extingüiram-se os partidos e as pessoas foram para onde quiseram. Não há de que se indagar as razões. Eu acho que essa é uma medida correta.

Mas o reparo que eu queria fazer a Vossa Excelência, foi quando duvidava das realizações desse Governo e disse: Aonde que estão as telefonistas?

Dois municípios que represento o único que não dispunha de DDD era o município de Sertaneja, representado aqui na pessoa do ilustre Prefeito, que se encontra nesta Casa e que neste Governo recebeu ligação de discagem direta. Assim, que dos municípios que eu represento todos eles têm. O que faltava era esse e esse recebeu.

Além do que, sabe também o nobre Deputado que o Governador Ney Braga até há poucos dias, há questão de vinte dias, inaugurou, coisa de certa forma rara no Brasil, a telefonia rural, levando aos pontos mais longínquos do Estado, aos pontos que antes eram inacessíveis à ligação telefônica.

Daí porque não há que se duvidar quando as coisas são visíveis.

Muito obrigado, Deputado.

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Edilson Alencar, penso que Vossa Excelência, em primeiro lugar, assume uma posição profundamente egoísta, porque Vossa Excelência defende o seu direito de se acomodar numa nova legenda partidária. Nega, no entanto, sem atentar para critérios de bom senso e de racionalidade inclusive, o direito de outras lideranças políticas fazerem uma nova opção partidária, que não significa na verdade nenhuma adesão inconsequente, mas significa fundamentalmente uma nova postura política diante de uma etapa que o Brasil vive hoje e que é auspiciosa e que deveria ser radiosamente festejada por todos nós.

E eu falava no princípio desta sessão com o Deputado Tércio Albuquerque, aqui neste plenário, e dizia a Sua Excelência que nós vivemos a política de hoje, quem sabe possamos daqui a vinte anos, dizer que vivemos não só uma aurora democrática no Brasil, mas uma realidade consolidada pelo empenho de todos nós políticos, da geração nossa, minha e de Vossa Excelência.

Vossa Excelência fez uma opção. Os nossos respeitos à atuação, à opção, ao comportamento de Vossa Excelência. Mas este respeito que nós dedicamos a esta sua opção, nós temos o direito de cobrar de Vossa Excelência, para com aqueles que hoje estão compartilhando conosco no PDS, neste Estado, não fruto de uma corrupção, não provada por Vossa Excelência, não fruto do induzimento de outros caminhos menos legítimos, dentro do processo político, conforme afirma Vossa Excelência. Mas, principalmente, pela liderança incontestável que representa neste Estado, o Governador Ney Braga. E querer negar esta liderança, Deputado Edilson Alencar, é negar todo um passado, é negar, inclusive, a própria origem do Líder do Partido de Vossa Excelência, no Paraná, que é o ex-Governador Jayme Canet Júnior. É negar, Deputado Edilson Alencar, a origem e o nascedouro, da trajetória política dos companheiros do partido de Vossa Excelência com assento nesta Casa.

Ficaria eu muito mais feliz, se Vossa Excelência oferecesse uma contribuição real a este Parlamento, trazendo concretamente as provas da corrupção; trazendo concretamente ao conhecimento desta Assembléia, e do povo do Paraná, as provas dos atos irregulares, denunciados verbalmente por Vossa Excelência. Aí nós, estaríamos recolhendo deste seu pronunciamento, uma contribuição para que tenhamos, como eu já disse, não daqui há 20 anos só, o privilégio de dizer, que participamos de uma aurora democrática, mas de uma democracia verdadeira.

Portanto, lamento profundamente este pronunciamento

que Vossa Excelência faz. E lamento também falta do caráter liberal da personalidade política de Vossa Excelência que admite o seu direito de fazer uma opção nova, mas nega este direito ao seu semelhante, ao seu companheiro, como se esquecendo daquela máxima do próprio direito: — que o Direito de Vossa Excelência termina, onde começa o direito do seu próximo.

Lamento, Deputado Edilson Alencar, que tenha partido de Vossa Excelência um pronunciamento tão mal colocado, tão egoísta, tão injusto, tão infeliz, sob todas as conotações que a ele se possa invocar.

Muito obrigado.

O SR. EDILSON ALENCAR — Respondendo a Vossa Excelência não posso deixar de discordar dos termos usados em seu brilhante aparte.

Todavia, as nossas acusações, nossas colocações hoje aqui feitas, embora documentalmente difícil de apurar, objetivam, é do conhecimento geral da população paranaense.

Londrina dizem, que houve às caladas da noite, tramas diabólicas; tudo fizeram, parece para vaidosamente o Governo do Paraná chegar em Brasília e dizer ao Figueiredo: — o maior reduto de oposição do Estado, o Prefeito, está conosco.

Parece que assim sendo ou assim fazendo, ele estaria crescendo no conceito do atual Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa a Vossa Excelência que tem um minuto para a conclusão de seu pronunciamento.

O SR. EDILSON ALENCAR — Obrigado.

Mas essas afirmativas já são, realmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de conhecimento do Paraná.

Tanto é verdade que os prefeitos que nada receberam estão revoltados com o atual Governo. Embora não digam publicamente. Mas já sentimos no coração de cada um deles, o desamor, o desânimo, para defenderem o Governo. Porque, a desigualdade, a falta de equidade na distribuição das verbas, estão sendo apenas feitas, ou entregues aos homens que tanto se opuseram ao Governo.

Termino, Sr. Presidente, dizendo aos oradores que me antecederam, que os partidos de oposição estão crescendo livres, espontaneamente, conscientemente. Ao passo que o partido do Governo se enche, dia a dia, pela froça da coação e da pressão.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 5, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 46/78 e 111/79.

Levanta-se a sessão.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIA DA CASA,
FOI APROVADA À REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO
DAVID CHERIEGATE, EM SESSÃO DO DIA
4 DE MARÇO DE 1980.**

PONTO DE VISTA

Adeus, meu irmão

Emir Sfair

A morte do Deputado Arnaldo Busato ontem em Curitiba atingiu de impacto todo o oeste e dusoeste do Paraná onde ele detinha uma legião de admiradores e onde obteve no ano de 1978 a mais expressiva votação já alcançada por um homem público em toda esta área. Homem que marcou a sua passagem pela política pela profundidade de seu amor à humanidade.

Busato marcou também sua ação política pelo prestígio alcançado graças a uma facilidade impressionante de comunicação que marcou a história política de nosso Estado. Convivi anos preciosos de minha vida com Busato e com ele aprendi a grande lição da vida. A lição do homem que sabia chorar diante dos momentos difíceis. Do homem que não esquecia os humildes. Do homem que se dedicava aos doentes. Do homem que amava seu povo.

Como seu assessor na Secretaria da Saúde e Bem Estar Social corri o Paraná e aprendi a respeitar o líder e o político porque aprendi a conhecer a grandeza de sua alma de homem do povo. Sofrendo a mais terrível das doenças - o câncer - ele lutou com todas as suas forças para continuar vivendo.

"Sei que estou sofrendo - disse-me várias vezes - mas o amor que tenho à minha família me mantém vivo".

Busato era assim. Desprendido das coisas materiais e profundamente ligado à sua família, ele, que, como político, quase não teve tempo para ver crescer os filhos.

Passou os últimos dias de sua vida ao lado da esposa e dos filhos e ainda no dia 7 de janeiro (coincidentemente dia de meu aniversário) ele recebia emocionado o título de Cidadão Honorário de Toledo.

Naquele dia, lamentando a morte do Senador Petrônio Portella ele havia lembrado que a vida pública é ingrata "e que a morte pode surpreender o homem público nos seus momentos mais fulgurantes".

Busato morre após a gloriosa vitória política que marcou a sua eleição em 78.

Abandonado pelos esquemas tradicionais ele saiu à luta pela eleição com a ajuda de seus amigos e conseguiu consagrador votação.

Em todo o Super-Oeste seu nome foi consagrado nas urnas e o povo parecia adivinhar que ele estava pela última vez numa eleição.

Ele deixou a vida invicto.

Glorioso, porque jamais teve uma decepção política e vitorioso porque soube sempre se colocar acima dos que faziam política por fazer política. Ele sempre teve amor pelo seu povo, amor pelos humildes e amor pelos que precisavam de seu trabalho.

Morreu num sábado, dia 1.º de março, no alvorecer de um novo momento na vida política de seu País.

As lágrimas que o povo está derramando, neste momento de adeus, não são lágrimas de saudade, não são lágrimas de desespero, mas lágrimas de homenagem a quem viveu para servir.

A doença que o matou, a doença que debilitou sua vida, não diminuiu em nenhum momento a sua fé na humanidade, a sua confiança em Deus e o seu profundo amor pela vida.

Viveu para servir e morreu com a certeza de que toda a sua carreira foi dedicada ao trabalho pelo seu povo.

Busato morreu pobre. Sem os prometidos cargos no Tribunal de Contas alcançados por muitos que não tiveram a sua expressão. Sem as honrarias comuns a tantos menos importantes. Morre como o médico do interior que chegou a Deputado e foi Presidente da Campanha Nacional das Escolas da Comunidade. Lutou contra a pobreza, contra a ignorância e em favor do estudante pobre. Lutou pelos menores carentes, pelo pequeno escolar rural sem nenhum conhecimento de higiene, e pela legião de esfaimados que perambulam pelas ruas de seu País.

Foi, um herói nesta luta. Um herói que serviu a sua Pátria servindo ao seu povo.

É o fim de uma etapa política no Paraná. Seus exemplos vão florescer na vida política do Paraná. A semente germinará dias de glória e ele será lembrado como o homem que para mim foi mais do que um líder e um orientador. Foi um amigo e um irmão.

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR -- FEPPA
BALANCETE
MÊS DE FEVEREIRO DE 1.980

D É B I T O		C R É D I T O	
Banco do Estado do Paraná S/A.			
Agência Centro Cívico	743.867,75		
Caixa Econômica Federal			
Conta Poupança	7.000.000,00		
Banco do Estado do Paraná S/A			
Conta Poupança	422,65		
Banco do Estado do Paraná S/A			
Prazo Fixo	25.000.000,00		
Empréstimos concedidos	11623.193,42		
Pensionistas	865.076,00		
Seguros	16.033,00		
Material de Consumo	122,00		
Móveis e utensílios			
SOMA.	45.278.814,82		
		Rendas Diversas	345.549,20
		Renda de Contribuições	866.969,75
		Patrimônio Líquido	1.212.518,95
			44.066.295,87
		SOMA.	45.278.814,82

Reconhecemos a exatidão do presente balancete somando a importância de "Quarenta e cinco milhões, duzentos e setenta e oito mil, oitocentos e quatorze cruzeiros e oitenta e dois centavos".

ARY DOS SANTOS
Cont. CRC - 47 - Pr.

ANTÔNIO FACCI
Tesoureiro

JORGE SATO
Presidente

DEPARTAMENTO FINANCEIRO – CONTADORIA GERAL
BALANCETE DO MÊS DE JANEIRO DE 1.980

ATIVO			
DISPONÍVEL			
Tesouraria		5.468.126,45	5.468.126,45
EXECUÇÃO DA DESPESA			
Venc. e Vantagens Fixas	12.302.675,43		
Desp. Variáveis c/p/ Civil	6.343.374,86		
Contribuições de Prev. Social	200.112,17		
Outras Obrigações Patronais	16.507,42		
Material de Consumo	475.706,00		
Serv. de Terceiros e Encargos	7.612.938,00		
Desp. do Exerc. Anteriores	199.933,40		
Subvenções Soc. a Inst. Privadas	-0-		
Inativos	4.059.500,26		
Pensionistas	736.920,00		
Salário Família	150.751,40		
Apoio Financeiro a Estudantes	-0-		
Assist. Médico Hospitalar	-0-		
Outras Transf. a Pessoas	-0-		
Obras e Instalações	-0-		
Equip. e Material Permanente	-0-		32.098.418,94
CONTAS PENDENTES			
Despesas Diferidas	3.550.000,00		
Outras Contas Pendentes	21.105,50		3.571.105,50
Soma - Ativo			41.137.650,89
PASSIVO			
LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS			
PESSOAL			
Venc. e Vantagens Fixas	12.350.000,00		
Desp. Variáveis c/p/ Civil	6.800.000,00		
Contribuições de Prev. Social	300.000,00		
Outras Obrigações Patronais	30.000,00		
Outras Transf. a Pessoas	-0-		
Inativos	4.100.000,00		
Pensionistas	750.000,00		
Salário Família	170.000,00	24.500.000,00	
OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO			
Material de Consumo	500.000,00		
Serv. de Terceiros e Encargos	3.700.000,00		
Desp. do Exerc. Anteriores	300.000,00		
Subvenções Sociais	-0-		
Apoio Financeiro a Estudantes	-0-		
Assist. Médico Hospitalar	-0-	4.500.000,00	
CAPITAL			
Obras e Instalações	-0-		
Equip. e Material Permanente	-0-	-0-	29.000.000,00
CREDORES			
Despesas Empenhadas	4.882.927,40		
Despesas Processadas	497.066,28		
Folha de Pagamento	58.279,05		
Consignações	1.438.881,04	6.877.153,77	
RESTOS A PAGAR			
Empenhados - Credores	210.034,15		
Processadas - Folha de Pag.	1.308,47		
Cred. em Consignações	-0-	5.102.878,37	
CONTAS PENDENTES			
Outras Contas Pendentes	157.618,75	157.618,75	12.137.650,89
Soma - Passivo			41.137.650,89

PALÁCIO "DEZENOVE DE DEZEMBRO", EM 04 DE FEVEREIRO DE 1.980.

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
 Contador Geral

SEBASTIÃO DE L. CARDOSO
 Chefe Div. Contab.

DIRCEU G. CORDEIRO
 Chefe Sec. Contab.